



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL

**OS IMPACTOS DA POLÍTICA DE PREVIDÊNCIA RURAL EM
COMUNIDADES: O caso do Vale do Catimbau - Buíque-PE**

LETÍCIA ALVES DE MELO

RECIFE, OUTUBRO/2017



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL

**OS IMPACTOS DA POLÍTICA DE PREVIDÊNCIA RURAL EM
COMUNIDADES: O caso do Vale do Catimbau - Buíque-PE**

LETÍCIA ALVES DE MELO

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Administração e Desenvolvimento Rural como exigência parcial a obtenção do título de Mestre em Administração e Desenvolvimento Rural.

Orientador:

Prof. Romilson Marques Cabral, Dr.

RECIFE, OUTUBRO/2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Nome da Biblioteca, Recife-PE, Brasil

M528i Melo, Letícia Alves de
Os impactos da política de previdência rural em comunidades: O caso do Vale do
Catimbau, Buíque, PE / Letícia Alves de Melo. – 2017.
106 f. : il.

Orientador: Romilson Marques Cabral.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural de Pernambuco,
Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural, Recife,
BR-PE, 2017.

Inclui referências e apêndice(s).

1. Políticas Públicas 2. Previdência Social Rural 3. Bem-Estar social
4. Catimbau (Buíque, PE) I. Cabral, Romilson Marques, orient. II. Título

CDD 338.9



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL

PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA DE DEFESA DE
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO ACADÊMICO DE

LETÍCIA ALVES DE MELO

***OS IMPACTOS DA POLÍTICA DE PREVIDÊNCIA RURAL EM COMUNIDADES: O
caso do Vale do Catimbau - Buíque-PE***

A comissão examinadora, composta pelos professores abaixo, sob a presidência do primeiro, considera o candidato **LETÍCIA ALVES DE MELO APROVADA.**

Orientador:

Prof. Dr. Romilson Marques Cabral
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Tales Wanderley Vital Ceolin (Examinador Interno)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof(a). Dra. Alessandra Carla Ceolin (Examinadora Externa)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha família, em especial ao meu filho Henrique “meu príncipe”, que ainda não entende minhas ausências, mas que foi e é minha fonte de inspiração nesta vida e o sentido dela o incluí em todos os momentos, e a minha mãe, pelo apoio de sempre em todos os momentos. Amores infinitos!

E, dedico também, aos idosos rurais de todo o Brasil, por representarem com maestria a garra e coragem de um ser humano.

AGRADECIMENTOS

Eis o meu dever de agradecer, mesmo correndo o risco de ser injusta e não enumerar todas as pessoas e instituições que muito me ajudaram para a realização deste trabalho.

Inicialmente, agradeço à **Deus** pela sua presença em minha vida.

À **minha família**, razão do meu viver. Em especial, as minhas avós Mocinha e Maria, e a minha Bisavó Emilia, fontes de inspiração nesta vida. E ao meu filho, ser que me motiva a me superar sempre e me traz alegrias incondicionais. A minha mãe, mulher que sempre me acalentou, e nos momentos mais difíceis de minha vida sempre esteve ao meu lado. E aos demais, tias, tios, primas e primos por compartilharem comigo momentos tão ímpares. Pessoas que amo incondicionalmente.

Ao **Professor Edson Brígido**, que me deu a oportunidade de ingressar na vida acadêmica e muito me encorajou a se inscrever no Programa de Mestrado em Administração e Desenvolvimento Rural (PADR), algo que para mim ainda parecia impossível.

Ao **Professor Paulino Justo**, colega de profissão a qual estudei comigo numa especialização anterior, e que atualmente compartilha comigo o exercício da docência. Ele me apresentou o PADR, a partir de suas vivências no programa, e muito me incentivou a ingressar no programa, inicialmente como aluna especial, e depois como aluna regular do programa.

A todos que fazem a UFRPE, e o PADR, funcionários técnicos e docentes, em especial o **Professor Dr. Romilson Cabral**, meu orientador, por seu entusiasmo e conhecimento transmitido ao longo desse ciclo. Foram inúmeros os momentos em que se preocupava em me fazer compreender o conteúdo expostos nas aulas e minicursos, que me instruí a participar, ele percebia que devido a minha formação (como contadora) tinha algumas dificuldades na compreensão de temas específicos das áreas de economia e administração, assim buscava sempre detalhar o conteúdo para que eu pudesse acompanhar e entender juntamente com os demais colegas de turma, em sua maioria administradores e economistas. Ele me fez acreditar, que sendo contadora posso ir muito mais além na busca de conhecimentos de outras

áreas, por vezes até distantes da minha área de formação base. A ele, meu muito obrigado por tudo. Agradeço também ao **Professor Dr. André Melo**, pessoa com quem fiz meu primeiro contato ao chegar no PADR. Quando o questionei quais eram as diretrizes que eu deveria seguir para me tornar aluna, no início com pretensão de ser apenas especial (e ele muito bem me instruiu) e seguindo-as obtive a aprovação na seleção. A **Professora Dra. Lúcia Moutinho**, outra fonte inspiração de vida e profissional, por ter em seu abraço e palavras o carinho de uma mãe, sempre me encorajando a prosseguir. Também não poderia esquecer o **Professor Dr. Tales Vital**, um incentivador em produção e publicação de trabalhos acadêmicos, por me encorajar na busca do conhecimento, em área que para mim inicialmente parecia tão impossível, e me desafiava a seguir como pesquisadora. Sempre dedicou seu valioso tempo na construção de saberes essenciais a minha formação e crescimento. E a Luiza, secretária do PADR, pela gentileza sempre dispensada.

Aos **moradores do Vale do Catimbau**. Em princípio, foi o Sr. Dizon (empreendedor da padaria que fica na praça principal) juntamente com sua esposa, eles foram minhas referências iniciais quando cheguei pela primeira vez na comunidade, me ofertando informações valiosíssimas, e me acolhendo e indicado a outras pessoas que me ajudaram posteriormente, como a exemplo o Sr. Luizão (Presidente da Associação de Agricultores na Comunidade), a Sra. Zefinha (Empreendedora na área de hospedagem, agricultora e também aposentada). Pessoas que serei eternamente grata, e não posso deixar de agradecer publicamente a tamanha generosidade. Desde o primeiro dia em que cheguei na comunidade, cada pessoa que conversei, entre elas destaco os **idosos**, aposentados pela previdência rural, que foram o público alvo das pesquisas preliminar e principal e que resultaram nesta dissertação. Estes idosos são agricultores que tiraram do seu dia um tempo para compartilhar comigo sua história, seu saber e transformaram esta jovem pesquisadora em uma eterna admiradora dos agricultores, que na sua sinceridade e generosidade, me receberam em suas casas para uma prosa. O que aprendi com eles nas semanas de convivência não cabe em um trabalho acadêmico como esse.

Aos membros da Banca de Qualificação, além do meu orientador, os **Professores Drs. Tales Vital e Fábio Guedes Gomes**, pelas preciosas considerações e sugestões.

A **FACEPE**, instituição que financiou meus estudos ao longo de minha passagem no programa, tornando possível minha dedicação ao programa e o alcance dos resultados inicialmente planejados.

À **Carlos** meu namorado, pela companhia, apoio, compreensão, paciência, cuidados, amor e incentivo.

À meus velhos amigos, pela paciência e compreensão, durante esse atribulado período de construção, que por vezes me fez rejeitar a convites de reencontros e momentos de convívio. E aos meus novos amigos, da turma em que eu estive como aluna especial, frutos de momentos de convívio no curso do programa, companheiros de batalha, pessoas que em meio a discussões e reflexões partilhadas cresceram junto comigo.

Aos meus alunos da Faculdade Joaquim Nabuco, que me instigam, e me provocam a buscar aprender mais e sempre.

Muitas outras pessoas contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho, mas que por lapso de memória de minha parte, talvez não as referenciei de forma específica, mas fica aqui o meu muito obrigada.

“Não faças do amanhã o sinônimo de nunca,
nem que o ontem seja o mesmo que nunca mais.
Teus passos ficaram. Olhes para trás...
mas vá em frente, pois há muitos que precisam que chegues
para poderem seguir-te”.

Charles Chaplin

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo analisar os impactos da previdência rural em famílias residentes no Vale do Catimbau – Buíque-PE. Para tanto foram verificados os impactos da previdência rural quanto a sua influência para a aquisição de bens (duráveis e não duráveis) e serviços. Além disso, foi analisada a influência da previdência no bem-estar dos beneficiários comparando o período anterior e posterior ao do recebimento do benefício. A revisão de literatura foi baseada em políticas públicas sociais, previdência social e previdência rural, a partir de autores como: Biolchi e Schnaider (2003), Souza (2006), Secchi (2014), Behring e Boschitti (2008), Vianna (2002) e Delgado e Cardoso (2000), dentre outros. A pesquisa é do tipo quali-quantitativa e de caráter exploratório e descritivo. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, com 40 beneficiários diretos, a partir de um roteiro de entrevista. A análise dos dados qualitativos foi fundamentada na análise de conteúdo. Já os dados quantitativos sofreram tratamento estatístico de forma descritiva. O resultado da pesquisa revelou que o consumo de bens duráveis foi bem significativo, dada a mensuração através do Indicador de Consumo de Bens Duráveis (ICBD), revelou-se como predominante a aquisição de itens de mobília e eletroeletrônicos. Em relação aos bens de consumo não duráveis, os alimentos foram o mais consumidos. E quanto aos serviços, os relacionados aos cuidados com a saúde, como exames e consultas, foram os mais utilizados. A partir dos dados obtidos, foi possível apresentar em relação ao bem-estar, as condições de sobrevivência do beneficiário, em uma análise comparativa antes e depois do recebimento do benefício, revelando-se uma situação anterior considerada entre ruim e regular, passando após o recebimento do benefício revelando uma influência positiva dos benefícios no bem-estar desses idosos. De forma geral, o que se teve como resultado da pesquisa em questão é que a previdência rural apresenta extrema relevância às populações rurais de todo o país, em especial as do semiárido nordestino. Os impactos do recebimento dos benefícios na vida dos idosos e na sua família representam meios de garantir a sobrevivência, além de fomentar o desenvolvimento da comunidade e região, já que as condições de vida são precárias e ainda agravadas pela escassez de oportunidades de geração de renda.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Políticas Sociais; Previdência Social Rural; Bem-Estar.

ABSTRACT

The research had the objective of analyzing the impacts of rural social security on families living in Vale do Catimbau - Buíque - PE. In order to do so, the impacts of rural social security and its influence on the acquisition of durable and non-durable goods and services were verified. In addition, the influence of social security on the welfare of the beneficiaries was analyzed comparing the period before and after the receipt of the benefit. The literature review was based on social public policies, social security and rural social security, based on authors such as Biolchi and Schnaider (2003), Souza (2006), Secchi (2014), Behring & Boschitti (2008), Vianna (2002), And Delgado & Cardoso (2000), among others. The research is of the qualitative-quantitative type and of exploratory and descriptive character. Semi-structured interviews were conducted with 40 direct beneficiaries, based on an interview script. The qualitative analysis was based on content analysis. In a different manner, quantitative analysis data have underwent a statistical treatment of data in a descriptive way. The result of the research revealed that the consumption of durable goods was very significant. Given the measurement through the indicator of consumption of durable goods (ICDB), the purchase of furniture and electrical and electronic items was predominant. Regarding non-durable consumer goods, food was the most consumed. As for general services, those related to health care, such as exams and consultations, were the most used. Based on the data obtained, it was possible to present, in relation to the welfare, the conditions of survival of the beneficiary, in a comparative analysis before and after receiving the benefit, revealing a previous inconsiderate situation between bad and regular, passing after receiving the benefit analysis, revealing a positive influence of the benefits on the well-being of these elderly people. In general, the result of the research in question is that rural social security are of extreme relevance to rural populations throughout the country, especially those in the northeastern semi-arid region. And the impacts of receiving benefits on the lives of the elderly and their families represent a means of guaranteeing survival, as well as fostering the development of the community and region, since living conditions are precarious and even aggravated by the scarcity of income generation opportunities.

Keywords: Public policy; Social politics; Social welfare; Rural social security; Welfare.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Objetivos da Política Social no Brasil (2010).....	24
Figura 2 - Pirâmide de Maslow	29
Figura 3 - Mapa do Vale do Catimbau	31
Figura 4 - Mapa de Pernambuco, destacando o município de Buíque	32
Figura 5 - Mapa do semiárido brasileiro	33
Figura 6 - Fluxograma Coleta de Dados.....	37
Figura 7 - Fluxograma Análise de Dados (Fase II)	42
Figura 8 - Grau de Impacto no Consumo de Bens Duráveis (IICBD)	62
Figura 9 - Grau de Impacto no Consumo de Bens Não Duráveis (ICBND)	65
Figura 10 - Quantitativo de Consumo de Serviços	66
Figura 11 - Condições de sobrevivência antes e depois do recebimento do benefício	71

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Categorias analíticas coletadas a partir do Grupo Focal.....	39
Quadro 2 – Objetivo 2 - Verificar os impactos da previdência rural na composição da renda familiar e sua influência para a aquisição de bens e serviços.....	40
Quadro 3 – Objetivo 3 - Analisar a influência da previdência no bem-estar dos beneficiários comparando o período anterior ao do recebimento do benefício	41

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	- Sexo dos Beneficiários.....	44
Tabela 2	- Faixa etária por sexo dos entrevistados	46
Tabela 3	- Estado Civil	47
Tabela 4	- Número de Filhos	48
Tabela 5	- Existência de filhos e netos que moram com beneficiário	49
Tabela 6	- Número de filhos/netos que moram com o beneficiário	50
Tabela 7	- Número de filhos/netos que visitam com freqüência o beneficiário.....	51
Tabela 8	- Beneficiários que recebem outras contribuições	52
Tabela 9	- Fontes de contribuição	53
Tabela 10	- Tipos de contribuição	54
Tabela 11	- Existências de outro beneficiário de aposentadoria no domicilio	54
Tabela 12	- Grau de parentesco do outro beneficiário	55
Tabela 13	- Quantidade total de Eletroeletrônicos adquiridos	59
Tabela 14	- Móveis adquiridos por categoria em quantidade e percentual	60
Tabela 15	- Quantidade de Meios de Transporte Adquiridos	61
Tabela 16	- Medidas de tendência central, média, moda e mediana	63
Tabela 17	- Serviços particulares utilizados	66
Tabela 18	- Condições de moradia do beneficiário por localização	69
Tabela 19	- Condição de moradia do beneficiário em relação a propriedade	70
Tabela 20	- Medidas de tendência central, média, moda e mediana situacional antes e depois do benefício	72

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A	- Valor dos bens adquiridos em real por categoria e total.....	84
APÊNDICE B	- Formulários Aplicados na Pesquisa de Campo	85
APÊNDICE C	- Descrição do Consumo de Bens Não Duráveis por Respondente	94
APÊNDICE D	- Quantitativo do Consumo de Bens Não Duráveis por Respondent	96
APÊNDICE E	- Situação comparativa e percepção dos respondentes após recebimento dos benefícios.....	97
APÊNDICE F	- Dimensões das Categorias de Análise relativas a Influência do benefício no Bem-Estar dos beneficiários	101
APÊNDICE G	- Memorando da Situação antes do Recebimento do benefício.....	102
APÊNDICE H	- Memorando da Situação após o Recebimento do benefício.....	105

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANA	- Agência Nacional das Águas
CAPs	- Caixas de Aposentadoria e Pensão
CBD	- Consumo de Bens Duráveis
CD	- Compact Disc
CDES	- Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
CF	- Constituição Federal
EPI	- Equipamentos de Proteção Individual
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICBND	- Impacto no Consumo de Bens Não Duráveis
IDHM	- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IICBD	- Indicador de Impacto do Consumo de Bens Duráveis
INSA	- Instituto Nacional do Semiárido
INSS	- Instituto Nacional de Seguro Social
IPEA	- Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MTPS	- Ministério do Trabalho e Previdência Social
OIT	- Organização Internacional do Trabalho
ONG	- Organização Não Governamental
PNAD	- Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios
PRORURAL	- Programa de Assistência ao Trabalhador Rural
RGPS	- Regime Geral de Previdência Social

SUMÁRIO

1 ASPECTOS INTRODUTÓRIOS.....	17
1.1 Delimitação do Problema	17
1.2 Justificativa.....	19
1.3 Objetivos	20
1.3.1 Objetivos Gerais.....	20
1.3.1 Objetivos Específicos	20
1.4 Estrutura do Trabalho.....	21
2 REVISÃO DE LITERATURA	22
2.1 Políticas Públicas	22
2.2 Políticas Sociais	22
2.3 Políticas de Previdência Social	25
2.4 Previdência Rural.....	27
2.5 Teoria das Necessidades.....	29
3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO	31
3.1 Local da análise	31
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	34
4.1 Tipo de Estudo	34
4.2 Unidade de Análise	34
4.3 Variáveis e Fonte de Dados	34
4.4 Coleta de Dados.....	36
4.5 Análise de dados.....	38
4.5.1 Fase I	38
4.5.2 Fase II	42
4.6 Valores dos Bens	42
5 RESULTADOS E ANÁLISES DA PESQUISA.....	44
5.1 Perfil socioeconômico das famílias	44
5.1.1 Do beneficiário	44
5.1.1.1 Sexo	44

5.1.1.3 Estado Civil	47
5.1.1.4 Número de Filhos	47
5.1.1.5 Existência de filhos/netos que moram com o Beneficiário.....	
.....	48
5.1.1.6 Número de filhos/netos por beneficiário	49
5.1.1.7 Quantidade de filhos/netos que moram próximo e frequentemente visitam o domicílio do beneficiário.....	50
5.1.1.8 Recebimento de outras contribuições	52
5.1.1.9 Fontes de contribuição	53
5.1.2 Perfil da família do beneficiário	54
5.1.3 Síntese do Perfil socioeconômico das famílias	55
5.2 Os impactos da previdência rural na aquisição de bens e serviços	57
5.2.1 Impactos no Consumo de Bens Duráveis (IICBD)	57
5.2.1.1 Grau de Impacto medido pelo IICBD.....	62
5.2.2 Consumo de Bens Não duráveis.....	64
5.2.3 Consumo de Serviços	66
5.2.4 Síntese geral dos impactos da previdência rural na aquisição de bens e serviços	67
5.3 Influência da previdência rural no Bem-Estar dos beneficiários(as).....	68
5.3.1 Condições de Moradia	69
5.3.2 Nível de Bem-Estar	70
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS.....	79
APENDICES	84

1 ASPECTOS INTRODUTÓRIOS

1.1 Delimitação do Problema

Considerada como umas das políticas públicas de estado mais relevantes por seu caráter protetivo, a Política de Previdência Rural, tem evoluído significativamente em termos de cobertura. A Organização Internacional do Trabalho (OIT), (2012, p. 29) relata que “no Brasil cerca de dois terços dos beneficiários da previdência social (19 milhões de pessoas) recebem benefícios no valor de um salário mínimo, especialmente trabalhadores em regime de economia familiar nas áreas rurais”.

Pode se perceber que a política previdenciária rural no Brasil possui um caráter distributivo, em consonância com os objetivos das políticas sociais, previstos na Constituição de 1988, as quais devem ser organizadas segundo os princípios da seletividade e distributividade na disponibilização de benefícios e serviços (OIT, 2012, p. 29-30).

Considerando a definição de que política pública é um campo do conhecimento que busca colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação (SOUZA, 2006, p. 26). Neste prisma, pode ser entender as políticas públicas previdenciárias como aquelas que buscam colocar o governo em ação, assegurando renda aos indivíduos em situações de vulnerabilidade social quando existem fatores limitantes na sua capacidade laborativa.

Diante do envelhecimento progressivo da população brasileira, constitui-se um novo paradigma o qual deve se debruçar a política pública do país nos próximos anos (IBGE *apud* OIT, 2012, p. 46). Tal fato evidencia uma realidade que contrasta com o equilíbrio financeiro daquela política, em um futuro breve, o número de idosos será bastante elevado, trazendo à tona a necessidade de refletir melhor sobre os rumos dessa política, de forma a garantir qualidade de vida para os futuros idosos brasileiros.

Pesquisa recente, realizada por Chies e Rocha (2015), sobre a previdência rural aponta que a aposentadoria rural como um direito do trabalhador, tem tomado o *status* de política pública, servindo como uma política de redistribuição de renda, que entre outros impactos que tem gerado: a dinamização do comércio local dos municípios, sobretudo os menores e mais pobres; a

manutenção das famílias no meio rural e/ou nos pequenos municípios e municípios de origem, freando o êxodo rural em direção aos grandes centros urbanos; a dinamização e reprodução da agricultura familiar; a melhoria das condições de vida e a valorização dos idosos; a ajuda a familiares (CHIES; ROCHA, 2015, p. 135).

Na mesma perspectiva, pesquisa realizada por Schuwarzer (2000, p. 98), a partir de um estudo de caso em uma cidade do Estado do Pará, constatou que a proporção da renda oriunda de benefícios previdenciários no domicílio é bem significativa, atendendo as pessoas pobres e muitos pobres, possuindo um grau de focalização dificilmente atingido por outros programas sociais de mesmo porte.

Ainda neste sentido, o estudo realizado por Silva e Lopes (2009, p. 213), constata que “os benefícios têm uma grande participação na composição da renda das famílias nos estratos de renda mais baixos: em alguns casos, são as únicas fontes de renda das famílias, principalmente daquelas mais pobres”. Os mesmos autores chegam a ressaltar que ao analisar a pobreza no Nordeste, em especial na região do semiárido, foi possível constatar que o benefício se torna bastante relevante para a sobrevivência das famílias diante das adversidades socioeconômicas (SILVA; LOPES, 2009, p. 213).

Com a Constituição Federal (CF) de 1988, inúmeras transformações surgem na Previdência Social, em especial na Rural. Assim, afirma ainda Gomes (2001, p. 153), ao dizer que “para o Nordeste, e ainda mais para o Nordeste da seca (neste caso remete a região semiárida), o aspecto mais importante dessas transformações ocorreu na esfera das aposentadorias rurais”.

A escritora Rachel de Queiroz *apud* França (2004, p. XIII), chegou a comparar a inovação institucional (relacionando se a previdência rural) à Lei Áurea da princesa Isabel, que se destinava a acabar com a escravidão no Brasil. A autora afirmou “o dinheiro das aposentadorias - frisou a escritora - assegura a estabilidade econômica a muitas vilas e pequenas cidades onde circula”, e representou de certa forma “nova abolição para o trabalhador dos campos, desde o bóia-fria aos que lidam com enxada e foice...”.

Os domicílios que gozam de uma aposentadoria rural desfrutam de uma qualidade de vida melhor do que àqueles que não têm o seguro rural, principalmente no Nordeste do país. Fator extremamente importante é que o seguro previdenciário, ao lado de outras variáveis, atua com um peso fundamental na permanência do

aposentado no campo, impedindo sua migração para os centros urbanos. No Nordeste, 74% dos beneficiários permaneceram em suas residências após a concessão da aposentadoria (GALINDO; IRMÃO, 2003).

Dada a relevância sobre a temática, o presente trabalho busca responder a seguinte questão: Quais são os impactos propiciados nas condições de vida das famílias após o recebimento do benefício de aposentadoria rural?

1.2 Justificativa

Diante do atual contexto político, econômico e social brasileiro, a busca por equilíbrio nas contas públicas tem sido amplamente discutida, motivando inclusive a elaboração de uma nota técnica tratando especificamente sobre “Previdência Rural: contextualizando o debate em torno do financiamento e das regras de acesso”. Essa nota foi publicada em maio de 2016. Em uma menção quantitativa em relação a situação das contas da previdência é apontado que “o atual desenho da política produziu, em 2015, um déficit de R\$ 91 bilhões nas contas da previdência rural (não contributiva), enquanto na previdência urbana (contributiva), houve um superávit de R\$ 5,1 bilhões (VALADARES; GALIZA, 2016, n.p.).

Após contextualizar a referida nota, conclui que:

Qualquer reforma previdenciária que proponha intervir nesse sistema, limitando suas condições de acesso ou o valor dos benefícios, não pode deixar de construir, antes de tudo, um conhecimento mais preciso e acurado da complexidade e da dimensão dos ganhos sociais que a Previdência Rural tem contribuído para levar aos trabalhadores e trabalhadoras dos espaços agrários do país (VALADARES; GALIZA, 2016, n.p).

O Estudo de Hamasaki (2003) sobre as políticas públicas de transferências de renda revelou que o acesso à renda influencia no combate à pobreza, provendo meios de sobrevivência aos que se encontram em situação de vulnerabilidade social e econômica. A partir da garantia de renda os indivíduos passam a ter acesso às oportunidades de escolha de consumo e de reprodução, propiciando-lhes um melhor bem-estar, pois passam suprir suas necessidades básicas.

A previdência rural pode ser considerada uma forte política pública de combate à pobreza no campo e tornou-se, especialmente no interior do Nordeste, uma política de inclusão social, mais antiga até que o Bolsa Família. São desconhecidos trabalhos sobre essa temática, e com enfoque qualitativo no Estado de Pernambuco. Discussões sobre os impactos dos programas de previdência social nos países em desenvolvimento ainda são escassas (LEGRAND, 1995; CARVALHO-FILHO, 1999, 2008; LAM et. al, 2005; QUEIROZ, 2007 *apud* QUEIROZ 2008). Diante dessa motivação, a pesquisa pretende aprofundar a análise sobre os resultados dos impactos dessa política no seio da família, nas relações inter membros dos aposentados residentes na Comunidade Central do Vale do Catimbau. Os resultados obtidos oferecem importantes subsídios para elaboração e avaliação de políticas públicas de caráter social, bem como verificar seus possíveis impactos sobre a oferta da mão de obra no campo. O estado de Pernambuco possui um espaço geográfico de 98.146,315 km², desses 85.979,387 estão localizados na região semiárida, ou seja, cerca de 87,6% de sua região, conforme o Instituto Nacional do Semiárido (INSA; ano). Nessa região as condições de produção e acesso à terra são muitas vezes negligenciadas, importa saber o que ocorre com introdução dessa política no seio da família em uma comunidade nela localizada.

1.3 Objetivos

1.3.1 Geral

Identificar os impactos da Previdência Rural em famílias que tem membros aposentados e são residentes na Comunidade Central e Urbana do Vale do Catimbau.

1.3.2 Objetivos Específicos

1. Identificar o perfil sócioeconômico dos aposentados beneficiários da previdência rural residentes na comunidade central do Vale do Catimbau;
2. Verificar os impactos da previdência rural na composição da renda familiar e sua influência para a aquisição de bens e serviços;

3. Analisar a influência da previdência no bem-estar dos beneficiários, comparando o período anterior ao do recebimento do benefício.

1.4 Estrutura do Trabalho

Para o adequado desenvolvimento, organização e estruturação desta dissertação, foram elaborados 5 capítulos, além deste inicial. A seguir apresenta-se um panorama de cada um:

- a) Capítulo 2 - Revisão de literatura. Nele abordam-se aspectos sobre Políticas Públicas.
- b) Capítulo 3 – São apresentadas as delimitações da pesquisa.
- c) Capítulo 4 – São descritas as técnicas metodológicas, através das quais buscaram atingir os resultados. A metodologia utilizada se deu através de entrevistas individuais com os beneficiários da previdência social rural.
- d) Capítulo 5 – apresentam-se os resultados encontrados a partir do levantamento feito na comunidade.
- e) Capítulo 6 – Apresentam-se as considerações finais e as recomendações sobre o assunto pesquisado.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Políticas Públicas

Políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. Para Souza (2006, p. 26), política pública é: “o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)”. Sendo assim, é possível concluir que a política pública, consiste em uma ação do poder público a fim de resolver um problema na sociedade ou mesmo evitá-lo. Para a mesma autora, as políticas consistem em um ciclo deliberativo, com os seguintes estágios: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação.

Quanto aos tipos de políticas existem vários, dentre eles é possível destacar as políticas sociais. Essas se subdividem em preventivas, compensatórias, universais e focalizadas. Dentre os modelos de Welfare State, existe o universalista. Nesse modelo há um compromisso com o bem-estar do cidadão, aí então se insere as políticas sociais.

2.2 Políticas Sociais

O tema Política Social pode ser considerado complexo embora muito discutido no âmbito das ciências sociais, em especial da ciência política, da economia política e do serviço social (BEHRING; 2008, p. 1). Devido suas diversas dimensões entre elas a política e a histórica. Há a seguinte definição de Marshall *apud* Vianna (2002, p.2), a qual diz que "Política social é um termo que, embora amplamente usado não possui definição precisa. O significado que lhe é dado em contextos particulares é em grande medida matéria de conveniência ou convenção". Observa-se então certa ausência de clareza na definição, acredita-se que devido a suas diversas dimensões.

No entanto, percebendo-se a ampla área de discussão sobre a política social, e que são várias as suas definições, opta-se como norte para esta pesquisa o conceito de Vianna (2002). Nesse, a autora busca alcançar maior precisão conceitual e afirma que:

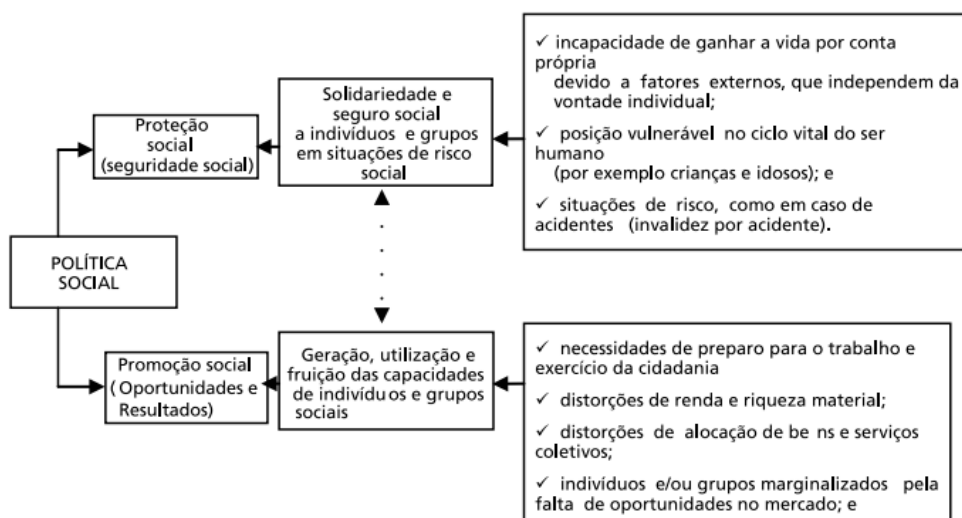
As Ciências Sociais – que estudam as políticas sociais - configuram um campo do conhecimento que incide sobre tal dinâmica e é por ela balizado. E que, portanto, se constroem e definem seus conceitos mediante mecanismos semelhantes. Assim, o entendimento de que política pública é ação governamental com objetivos específicos consiste numa convenção acadêmica. Assim, também, no mesmo tipo de convenção, expressa pela literatura especializada, a idéia de política social é ação governamental com objetivos específicos relacionados com a proteção social.

Tal conceito remete a ideia de proteção social, que permeia uma série de medidas protetivas aos indivíduos, entre elas pode ser considerada a previdência rural. Embora considerada uma política de combate à pobreza, a política social almeja o alcance da cidadania ao indivíduo. As políticas públicas sociais são de caráter redistributivo. Essas são difíceis de serem extintas em virtude do alto grau de conflito que geram entre grupos beneficiários e pagadores (SECCHI, 2014, p. 67).

O ano de 1923 foi um marco para a política social brasileira. Nele, foi aprovada a lei Eloy Chaves, que instituiu a obrigatoriedade de criação de Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAPs) para algumas categorias de trabalhadores. As CAPs foram às formas originárias da previdência social brasileira (BEHRING e BOSCHETTI, 2008, p. 80).

Segundo o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) (2012), o modelo de política social praticado no Brasil é composto por instrumentos voltados à proteção e à promoção social. As políticas de Proteção Social (seguridade social) foram desenhadas nos moldes recomendados pela Convenção nº 102 da OIT e contemplam os direitos à saúde, previdência, assistência social, e seguro desemprego. Quanto aos objetivos dessa política é possível entendê-los melhor visualizando a figura 1.

Figura 1 – Objetivos da Política Social no Brasil (2010)



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) – Perspectivas do desenvolvimento-Livro 10, p. 60

As políticas sociais são constituídas de transferências de renda, seja na sua forma monetária ou por meio da provisão de serviços, que independem do poder de barganha individual ou de grupos sócio ocupacionais. Daí entender-se o “Estado do bem-estar”, ou Welfare, como um regime específico de transferências sociais, de base fiscal, cujo objetivo é promover o bem-estar da população mediante redistribuição da renda e da riqueza (ativos) comprometida com a idéia de justiça (LAVINAS et al, 2000, p.1).

A partir dos anos 80, com a CF de 1988, as Políticas Sociais no Brasil foram consolidadas, havendo a universalização dos benefícios sociais, em especial os considerados básicos, como aposentadoria por idade, invalidez, tempo de contribuição, salário maternidade, dentre outros, não só aos trabalhadores urbanos, mas os trabalhadores rurais também.

A referida constituição trouxe então a definição de Seguridade Social como sistema básico de proteção social. Dentro desse sistema de proteção social incluem-se também o reconhecimento do direito à aposentadoria não integralmente contributiva (ou seja, parcialmente ancorada em uma transferência de solidariedade) dos trabalhadores rurais em regime de economia familiar. Nesse sentido Hamasaki (2003, p. 78) enfatiza que o impacto dos programas sociais sobre o bem-estar dos indivíduos tem sido avaliado com base não apenas no acesso à renda e o que, a partir dela, se pode obter em termos materiais, mas também se considerando as

oportunidades que lhes são geradas e a forma com que delas tiram proveito. A autora enfatiza ainda que intervenção em termos de políticas públicas se justificaria pela busca de melhor bem-estar social. A partir dessa abordagem, percebe-se que faz se necessário compreender melhor a Política de Previdência Social.

2.3 Políticas de Previdência Social

A Previdência Social é uma política pública que tem por objetivo repor a renda dos indivíduos nas situações em que eles ficam impossibilitados de trabalhar, seja de forma eventual ou permanente (IPEA, 2010, p.45). Neste sentido, Pádua e Costa (2007), esclarecem que a Previdência Social é:

Uma política pública que oferece um benefício monetário às pessoas em situação de vulnerabilidade, mediante contribuição, cobre riscos genéricos ou específicos, isto é, eventos futuros, imprevisíveis ou incertos, mediante a contribuição financeira, mensal, dos seus beneficiários diretos (segurados) ou indiretos (empresas) e do Estado (PÁDUA; COSTA, p. 306).

No que se refere a definição de Previdência Social Lima *apud* Albuquerque, Lobo e Raimundo (1999, n.p.), esclarecem:

A Previdência Social no Brasil é uma instituição governamental de propriedade dos trabalhadores, administrada pelo governo federal, visando assegurar aos beneficiários os meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade laborativa, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares, prisão ou morte de quem dependia economicamente. (LIMA *apud* ALBUQUERQUE; LOBO; RAIMUNDO, 1999, n.p.).

Já para Oliveira, Beltrão e Ferreira (1997, p.4), a previdência social consiste em um seguro social, “constituído por um programa de pagamentos, em dinheiro e/ou serviços feitos/prestados ao indivíduo ou a seus dependentes, como compensação parcial/total da perda de capacidade laborativa, geralmente mediante um vínculo contributivo”.

Assim, a CF de 1988, em seu art. 21, em Brasil prevê a cobertura previdenciária aos segurados, nos seguintes casos: doença, invalidez, idade avançada, maternidade, desemprego involuntário, acidentes e doenças ligados ao trabalho. E nos casos de morte e reclusão dos segurados são previstos os benefícios de pensão, salário família e auxílio reclusão para os dependentes de baixa renda.

A CF de 1988, em seu art. 194 aduz que “a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa do poder público e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”, (BRASIL, 1988). Compreende-se, portanto que a previdência faz parte da seguridade social.

A Constituição de 1988 tornou-se um marco para o contexto de seguridade social. A Seguridade Social engloba uma série de princípios norteadores para as políticas de proteção social. Esses princípios foram descritos em seu parágrafo único, e são: universalidade da cobertura e atendimento, uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais, seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços, irredutibilidade no valor dos benefícios, equidade na forma de participação no custeio, diversidade da base de financiamento e caráter democrático e descentralizado da administração, com participantes trabalhadores, empregadores, aposentados e de órgãos do governo.

Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, os avanços na Previdência Rural foram tão substanciais que Schwarzer (2000, p.72) indica que:

Parece possível afirmar que o subsistema rural da Previdência Social brasileira é, entre os casos conhecidos em países em desenvolvimento, um programa social excepcional quanto ao significativo grau de cobertura, à alta precisão do targeting (...) e, como resultante do anterior, parece formar um programa que [tem] uma efetividade inédita no combate à pobreza no meio rural brasileiro (SCHWARZER, 2000, p.72)

França (2004, p. IX) constatou:

A importância, que o benefício previdenciário exerce nas pequenas comunidades cresce em significado diante da realidade social predominante, quando se verifica que esses benefícios representam, na verdade, o resgate de parcelas significativas da população do limite da miséria, proporcionando-lhes consumir. Estes são, muitas vezes, trabalhadores oriundos da atividade rural, que eram explorados por "salários" mensais muito aquém do salário mínimo, e que, ao obterem a aposentadoria, vêm do dia para a noite "premiados" com o direito de receber esse salário mínimo, que significa um "aumento salarial" e uma fonte de segurança do sustento e autonomia para essas pessoas (FRANÇA, 2004).

Tal importância é então intensificada em comunidades formadas por parcelas de agricultores beneficiários da previdência rural.

2.4 Previdência Rural

A previdência rural foi regulamentada em 1991, através das leis federais de nº 8.212 (trata da organização da seguridade social, do Regime de Previdência Social, e do Plano de Custeio) e nº 8.213 (trata do Plano de benefícios). De acordo com Siqueira (2006, n.p.), é um benefício previdenciário de difícil caracterização, por seu arcabouço institucional. Então denominada convencionalmente como um benefício destinado aos trabalhadores rurais que subsistem da agricultura familiar. Considerada, como um subsistema da Previdência Social, seus benefícios atendem ao objetivo constitucional, disposto no art. 194 da CF de 1988, que trata da universalidade da cobertura e do atendimento.

Com a universalidade da cobertura, foi ampliada para o trabalhador rural, conforme dispõe a Constituição Federal de 1988, em seu art. 195:

O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei.(BRASIL, 1988)

Com a ampliação da cobertura previdenciária criou-se a figura do segurado especial. O segurado especial, conforme especifica o art. 9, da Lei 8.212, atualizado pela Lei nº 11.718, de 20 de junho de 2008, é definido como “segurado especial: a pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo a ele que, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros a título de mútua colaboração”. Para esta categoria de segurado, não há contribuição previdenciária obrigatória. Assim, o IPEA (2010, p. 46), salienta:

Essa nova categoria de segurado é regida por princípios diferenciados, os princípios beveridgeanos, segundo os quais os indivíduos não precisam obrigatoriamente contribuir financeiramente para ter direito ao benefício. Nesse caso, o acesso ao benefício está relacionado com algum critério de cidadania. Para os rurais que vivem em regime de economia familiar, basta que comprovem sua inserção neste tipo de regime de produção (IPEA, 2010, P. 46)

Desta forma, configurando-se a previdência rural como uma política de proteção social. A proteção social ao idoso configura-se em um conjunto de

benefícios contributivos e não contributivos assegurados pelo governo federal (SIQUEIRA, 2006, p. 21). Assim, com o dispositivo introduzido na Constituição Federal Brasileira de 1988, foi posteriormente regulamentado pela Lei nº 8.212, e em seu art. 3º criou-se alguns princípios e diretrizes, norteadores para a previdência social entre eles, cabe ressaltar a determinação de não permitir que o benefício previdenciário seja inferior ao valor de um salário mínimo. O estabelecimento de um benefício mínimo e de regras diferenciadas de acesso (não relacionadas exclusivamente à contribuição financeira) são as características básicas do princípio de universalidade. Vê-se, então, que o princípio da universalidade, típico da Seguridade Social, na Previdência só se aplica ao subsistema da Previdência Rural – e, ainda assim, àqueles que produzem em regime de economia familiar.

Com relação ao impacto das transferências geradas pela Previdência Social, Hamasaki (2003, p. 103) constatou a relevância que os benefícios previdenciários assumem enquanto política social. Segundo essa autora, os benefícios recebidos pelos idosos atendem a outras pessoas, que são beneficiadas pela variação que aqueles provocam na renda familiar.

França (2004, p. XI) afirma que a Previdência Social é uma das políticas sociais mais eficientes do Governo Federal, evitando que 18,1 milhões de pessoas fiquem abaixo da linha de pobreza. Fato incontestável é que os domicílios que gozam de uma aposentadoria rural desfrutam de uma qualidade de vida melhor do que àqueles que não têm o seguro rural, principalmente no Nordeste do país (GALINDO; IRMÃO, 2003). Já, Aquino e Souza (2007, p. 5-6), afirmam que “a Previdência Rural, ao beneficiar um público, em geral muito pobre, que sempre esteve fora das conquistas sociais do país, assume um papel de grande importância para a promoção da distribuição de renda e equidade social”.

Além disso, Delgado e Cardoso Jr (1999) salientam que, ocorre a revalorização de pessoas idosas após o recebimento do seguro previdenciário. Elas passam da condição de dependentes para a de provedores, o que inclui amparo e empréstimos e doações a membros da família e vizinhos.

Em relação as mulheres, a relevância desta política tem ganhado ênfase, pois não sendo “chefe da família” antes não tinha o direito de acesso ao benefício, mesmo trabalhando como agricultora para ajudar na renda da família. Ou seja, as

mulheres seriam beneficiadas diretamente, apenas se fossem chefes de família ou assalariadas rurais (BRUMER, 2002, p. 56).

A política de previdência rural pode então ser caracterizada como uma política de estado, por sua permanência temporal, independente do governo. Também se caracteriza como uma política social de caráter redistributivo a um público específico. Esse público, também busca, a partir de uma renda, atender suas necessidades, ainda que sejam as mais básicas. Dessa forma, no subtópico seguinte abordar-se-á a teoria das necessidades a fim de compreender melhor como se dá o consumo para atender as necessidades inerentes ao indivíduo.

2.5 Teoria das Necessidades

Diante dos objetivos propostos, para entender os impactos da previdência rural na vida do beneficiário, faz-se necessário entender um pouco sobre a Teoria das Necessidades dispostas na “Pirâmide de Maslow” (Figura 2). Tal pirâmide busca apresentar quais as necessidades elencadas pela teoria relacionando-as ao momento em que o trabalhador rural se aposenta, procurando inseri-la no topo da pirâmide, que pode representar a auto-realização para o trabalhador rural.

A teoria das necessidades proposta por Maslow tem como premissa que cada ser humano esforça-se ao longo da vida para atender ao longo dela as suas necessidades em todos os níveis. Quando o ser humano atende seus anseios mais básicos, ele aumenta as suas aspirações (MASLOW, 1970), e por isso os níveis da pirâmide de Maslow representam as necessidades do homem de forma escalonada. Essas necessidades são então divididas em 5 categorias (conforme Figura 2).

Figura 2 - Pirâmide de Maslow



Fonte: Adaptado de Maslow (1970 apud BENNIS, 2000).

As categorias de necessidades podem ser assim definidas: Fisiológicas (são as necessidades vitais à sobrevivência, tais como: dormir, respirar, se alimentar, beber, ter relações sexuais, dentre outras); Segurança (faz parte do sentimento de segurança, fora de perigo, em ordem, com segurança, de conservar o emprego); Sociais (envolve as relações humanas harmônicas, laços de amizade, estar inserido em grupos, receber atenção e afeto de pessoas que lhes são próximas); Autoestima (diz respeito ao sentimento de prestígio, ser respeitado diante de outras pessoas, valorizado, satisfeito com seu modo de viver, confiante em seus propósitos); Autorrealização (representa o quanto a pessoa se sente plena em seus anseios e capaz de conseguir atendê-los. Na escala da pirâmide, esta necessidade se encontra no topo, ou seja, ela representa a suprema necessidade, pois se as demais não forem atendidas o ser humano não se sentirá autorealizado).

Maslow acreditava que as pessoas buscam tornar-se autorrealizadas. E a aposentadoria para as pessoas está situada no topo da pirâmide, no nível da autorrealização. Desta forma, o trabalhador realiza-se ao obtê-la, pois a aposentadoria pode representar para eles muito além de um direito, mas algo merecido e uma obrigação do poder público. Há uma espécie de recompensa da sociedade pelo sacrifício de trabalhar no campo em condições insalubres e por longos períodos. Muitos trabalham no campo desde criança, a maioria, pela tradição, a partir dos 7 ou 8 anos de idade.

A partir da seção seguinte abordar-se-á a delimitação da presente pesquisa.

3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de maio de 2016 estimam que o Brasil possua aproximadamente 205.898.415 habitantes, desses cerca de 9.401.033 são pernambucanos. E, a população estimada, pelo IBGE para o ano de 2015, da cidade de Buíque é de 56.523 pessoas, dessas aproximadamente 60% são de pessoas que residem na zona rural. Essa pesquisa realizou-se em uma comunidade rural da cidade de Buíque, no Estado de Pernambuco.

3.1 Local da análise

O Vale do Catimbau é um distrito da cidade de Buíque-PE, sendo este lugar o principal foco desta pesquisa. A Região do Vale do Catimbau integra o semiárido pernambucano, se estendendo entre os municípios de Buíque, Tupanatinga, Inajá e Ibimirim, no Sertão do Moxotó. Criado pela Lei municipal nº 214, de 1957. O distrito de Catimbau (conforme figura 3), anexado ao município de Buíque, mais conhecido como Vale do Catimbau, possui uma área urbana, a Comunidade Central, e outra rural, que envolve o entorno da comunidade central.

Mapa Parque Nacional do Catimbau, em estaque Buíque.

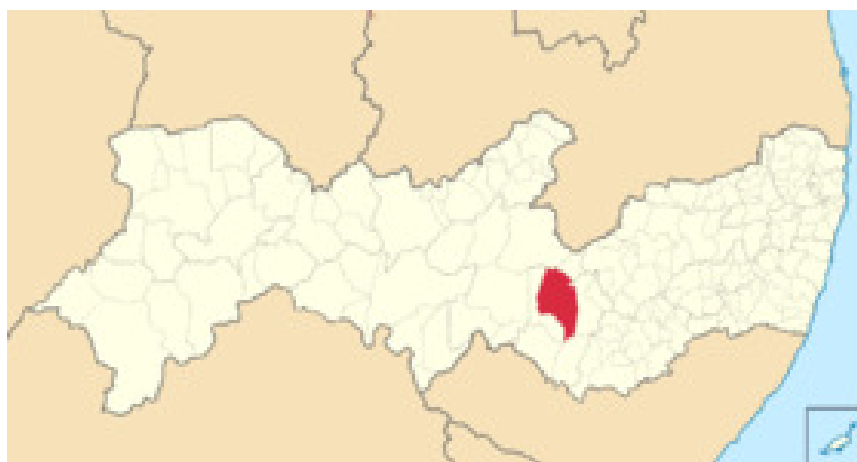
Figura 3 - Mapa do Vale do Catimbau



Fonte: IBGE (2016)

O Vale do Catimbau está localizado a cerca de 285 Km do Recife, tendo aproximadamente 10 km de distância da sede do município de Buíque (conforme figura 4). Considerada uma região turística e pedagógica devido ao seu perfil geológico e geomorfológico, o cenário paradisíaco de luxuosas paisagens contrasta com a miséria humana do local. Os índices de Índice de Desenvolvimento Municipal (IDHM) e de renda de Buíque são considerados respectivamente (baixo) 0,527 e (muito baixo) 0,497, segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2010). Os indicadores sociais baixos são típicos de regiões do Semiárido nordestino, que é caracterizado por variáveis climáticas que favorecem as frequentes secas tornando o enfrentamento da pobreza um desafio constante. A cidade de Buíque é marcada por projetos autossustentáveis no cultivo do caju, que está entre suas principais produções agrícola.

Figura 4 - Mapa de Pernambuco, destacando o município de Buíque



Fonte: IBGE (2016)

A Figura 5 apresenta a região Semiárida Brasileira. Essa região compreende a maioria dos estados do Nordeste e vai até o Norte de Minas Gerais.

Figura 5 – Mapa do semiárido brasileiro



Fonte: Agência Nacional das Águas ANA/Ministério da Integração *apud* Cáritas

O Boletim Estatístico da Previdência Social de março de 2016 evidencia que existem 33.030.737 benefícios emitidos¹, destes 9.388.154 são rurais. Em Pernambuco esses benefícios são consideráveis, alcançando uma população de 1.484.437, sendo 592.291 rurais, representando então cerca de 6% da população do estado. Os beneficiários da previdência em Buíque, conforme dados do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) de dezembro de 2015, foram 7.838 benefícios, sendo 6.449 para a população rural. Desses, aproximadamente 104 beneficiários residem no Distrito do Vale do Catimbau, relativos a janeiro de 2016.

O universo da pesquisa de campo, foi a totalidade de aposentados rurais residentes na Comunidade Central do Vale do Catimbau, que recebem o benefício previdenciário de aposentadoria há no máximo dez anos, ou seja os aposentados que recebem o benefício de aposentadoria rural a partir de 2007.

¹Benefícios Emitidos, segundo o Ministério do Trabalho e Previdência Social, são denominados benefícios emitidos os créditos encaminhados à rede bancária para pagamento de benefícios de prestação continuada que estão ativos no cadastro.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados para atingir os objetivos propostos desta pesquisa. Assim, estão divididos em: tipo de pesquisa, participantes, instrumentos técnicos utilizados para coleta de dados e análise dos mesmos.

4.1 Tipo de Estudo

O objeto consiste nos impactos da previdência rural em famílias do Vale do Catimbau. O caráter qualitativo desta pesquisa caracteriza-se por trabalhar com o universo de significações, motivos, aspirações, crenças, dos valores e atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos faz parte da realidade social o que os tornam quase impossíveis de serem transformados em dados somente quantitativos (MINAYO, 2009, p. 21). A análise quantitativa aborda os impactos na renda no consumo das famílias fruto do recebimento dos recursos da previdência.

4.2 Unidade de Análise

Baseada no estudo de Delgado e Cardoso Jr. (2000), a presente pesquisa teve como unidade de análise a família, incorporando os familiares que dependam diretamente da renda auferida por esta última, embora não residam no domicílio a ser pesquisado. A unidade pesquisada tinha um, ou mais trabalhador rural inativo, que era beneficiário da previdência rural. Considera-se que dentro das famílias há um intenso processo de redistribuição da renda. Portanto, verifica-se que o nível de consumo (e bem-estar) de uma pessoa não é determinado pela sua renda pessoal apenas, mas sim pela renda per capita da família à qual pertence. (HOFFMANN; 1998).

4.3 Variáveis e Fonte de Dados

Para alcançar os objetivos propostos um conjunto de variáveis foram consideradas, a saber: perfil dos idosos rurais aposentados; perfil dos familiares

residentes no domicílio do idoso; perfil familiar; implicações da renda previdenciária no domicílio; promoção do bem-estar para o idoso e sua família. Para categorizar a estrutura familiar sob os aspectos demográficos e socioeconômicos, as variáveis foram:

- Dos idosos: sexo, idade, número de filhos, número de familiares que residem com o idoso, se o idoso possui casa própria ou alugada, formação escolar, o tempo de recebimento do benefício, a destinação da renda do benefício.
- Dos familiares dos idosos: idade dos familiares, grau de parentesco, ocupação atual; grau de estudo, estado civil, grau de estudo, renda atual, renda média mensal.
- Do arranjo familiar: líder; renda média familiar; renda *per capita*.

Quanto a variável em relação à complementariedade da renda previdenciária foi considerada a existência da contribuição de outras fontes e tipo de contribuição. Em relação à destinação da renda previdenciária, foi considerada a dependência de familiares, a qual buscou identificar a existência de familiares dependentes da renda do idoso.

A última variável é a de promoção do bem-estar na percepção dos idosos beneficiários foram considerados aspectos relacionados a: condições de saúde, relações sociais, independência financeira, atividades atuais, lazer, mobilidade; motivação para a vida, condições de vida anterior e atual, principais mudanças a partir do benefício que trouxeram maior satisfação pessoal (realização de sonhos).

Para as análises das categorias analíticas propostas neste trabalho, utilizando tais variáveis, a pesquisa embasou-se em dados primários. A pesquisa em fontes primárias baseou-se em dados que foram coletados pela primeira vez (ANDRADE, 1993).

Estudo do IPEA realizado na década de 90 fez uma avaliação da política previdenciária para o meio rural nas Regiões Sul e Nordeste do país. Tal pesquisa se embasou na seguinte pergunta chave “qual o papel da previdência social nas condições de vida e reprodução econômica dos seus beneficiários”. Os resultados apontaram a conversão do seguro social em seguro agrícola; o acesso ao autoconsumo de produtos básicos, a produção por conta própria e o envolvimento

de algum membro da família no mercado de trabalho, provocando um excedente doméstico permitindo superar a condição de subsistência; o baixo índice de migração depois do benefício, havendo apenas mudança no interior do espaço rural ou micro urbano; os indicadores de bem-estar revelam uma melhora qualitativa em praticamente todas as características investigadas.

No prisma das pesquisas realizadas pelo IPEA, foram utilizados como indicadores de impacto.

- Em relação ao bem-estar: características físicas da moradia, condições de propriedade da moradia, condições de acesso a infraestrutura e características de acesso a bens duráveis de consumo;
- Em relação ao acesso à bens duráveis e não duráveis: existência, em cada domicílio pesquisado, de um amplo conjunto de bens duráveis, desde fogão (a lenha, gás, carvão), geladeira, televisor, máquina de lavar roupas, máquina de costura, aparelho de som, forno micro-ondas, cama, sofá, armários, estante, dentre outros;
- Em relação aos serviços de saúde: realização de exames médicos, consultas e aquisição de medicamentos.

Para tanto, foram utilizados os planos de coleta e análise de dados especificados posteriormente.

4.4 Coleta de Dados

Para facilitar a condução dos trabalhos de coletas desse trabalho, foi realizada inicialmente pesquisa de campo exploratória, sendo feita visita à Comunidade Vale do Catimbau a fim de reconhecê-la, bem como, ter acesso aos beneficiários, a seus dados secundários e aos líderes locais. Neste sentido, Yelland e Gifford *apud* Barbour (2009, p.80), observam que o *status* do recrutador pode ser particularmente importante para alguns grupos étnicos, e isso sugere que o potencial para recrutamento via membros respeitados da comunidade pode ser uma estratégia frutífera. Assim, foram contatados os líderes representantes da associação de agricultores do Vale do Catimbau, além de sindicatos locais.

O órgão de execução da política consultado foi o INSS, Agência de Arcoverde, a fim de obter dados secundários. E após a obtenção dos dados secundários preliminares, relativos aos beneficiários da comunidade, e com a orientação de pessoas da comunidade e até mesmo da liderança, inclusive com acompanhamento, foi realizada outra visita à comunidade a fim de convidar os beneficiários para colaborar com a pesquisa.

A coleta dos dados dos beneficiários foi desdobrada em duas fases. A primeira foi utilizando a técnica de Grupo Focal. A segunda fase coletou dados por meio de entrevistas individuais. Conforme sequência exposta na figura 6, que apresenta um organograma, pode-se observar melhor as fases da coleta.

Figura 6 – Fluxograma Coleta de Dados



Fonte: Elaboração pela autora (2017)

Na primeira fase, foram realizados dois grupos focais, ambos no mesmo dia. O primeiro grupo pela manhã e o segundo a tarde. O primeiro teve 11 participantes (5 homens e 7 mulheres), e o segundo 12 participantes (7 mulheres e 5 homens), e todos beneficiários da previdência rural. Esse quantitativo dos grupos seguiu a sugestão de King (2004, p. 125), que destaca a organização de pelo menos

dois grupos. A duração dos trabalhos em cada grupo durou aproximadamente 80 minutos em cada grupo. Observou-se que, após certo tempo, as respostas começaram a se repetir.

A segunda fase da coleta dos dados utilizou a técnica de entrevista individual, semiestruturada a partir de um roteiro. Os entrevistados foram os idosos beneficiários da previdência rural, mais especificamente os aposentados por idade, que recebem o benefício há no máximo 10 anos, ou seja, homens com idade entre 60 e 70 anos e mulheres com idade entre 55 e 65 anos. Essa diferença entre faixas se deve ao fato da mulher possuir o direito de se aposentar primeiro que o homem, já que a idade mínima exigida para elas é de 55 anos.

Na segunda parte da coleta de dados, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas, através de um roteiro com o objetivo de entrevistar 40 (quarenta) aposentados da parte urbana do distrito em análise. Diante da assimetria na relação de beneficiário da comunidade obtida na Agência do INSS de Arcoverde, onde apresentavam beneficiários que não mais residiam na comunidade, bem como beneficiários que residiam e não constavam na relação, o quantitativo de entrevistados foi aleatório e por acessibilidade, constituindo-se uma amostra não probabilística e não intencional.

Dados primários foram coletados através da entrevista, entre eles os socioeconômicos (sexo, idade, renda familiar, estado civil, etc.). Já os dados secundários foram extraídos de consultas a várias fontes como em instituições privadas ou públicas das esferas federais, estaduais, regionais ou locais, a exemplo de: IBGE, INSS, entre outras.

4.5 Análise de dados

4.5.1 Fase I

Os dados coletados na fase inicial (Grupo Focal) foram analisados pela técnica de Análise de Conteúdo. A mesma técnica também foi utilizada na segunda fase. Através dessa técnica é possível “caminhar no que está por trás dos conteúdos manifestos”. Assim, dentre as várias maneiras de analisar conteúdo, na primeira fase foi utilizada a análise temática, a qual identifica a presença ou frequência de aparição de elementos significativos dentro do objetivo analítico escolhido, ou seja,

dentro do contexto da temática estudada (MINAYO, 2009, p. 85-86). A partir dessa análise, foram extraídas as categorias (Quadro 1) com a premissa de embasar a pesquisa em sua segunda fase.

Quadro 1 – Categorias analíticas coletadas a partir do Grupo Focal

TEMA	CORTE NO TEMPO	CATEGORIAS DE ANALISE
Impactos da Previdência Rural	Antes do recebimento do benefício	<ul style="list-style-type: none"> - Expectativa de recebimento do benefício - Condições Precárias de sobrevivência - Instabilidade da renda - Inversão do fluxo migratório - Formação escolar baixa - Agricultura em condições adversas por conta da estiagem
	A partir do recebimento do benefício	<ul style="list-style-type: none"> - Acesso ao consumo de bens (duráveis e não duráveis) e serviços - Existência de contribuições recebidas de outras origens - Dependência de parentes próximos - Existência de outras rendas na unidade - Alterações de poder nas relações de gênero - Chantagem emocional dos dependentes por condição da renda - Autonomia de renda da mulher

Fonte: elaboração pela autora (2017)

A análise e extração das categorias fomentaram a pesquisa em sua segunda fase, a das entrevistas. A adoção desta técnica se justifica pelas características do público a ser pesquisado que apresentara, em sua maioria: baixo grau de instrução (não sabe ler e/ou escrever); idade avançada; limitações na capacidade de entendimento, dentre outros, requerendo assim, por vezes, algum auxílio e explicações, inviabilizando a utilização de outras técnicas de coleta como a de questionário ou mesmo formulário. Segundo a mesma autora, esta técnica, também possibilita o comportamento não verbal, que também pode ser considerado para fins de análise.

As perguntas que compõem o roteiro de entrevista foram formuladas com perguntas em escala ordinal com três dimensões (tipo: nenhuma influência, pouca influência e muita influência – 1 a 3) e para questões abertas do tipo “explique” ou “justifique”. A partir das categorias explicitadas no quadro, e considerando o plano de coleta de dados, foram elaborados os quadros, 2 e 3, a seguir, a fim de nortear a construção do instrumento de coleta, o roteiro de entrevista.

Quadro 2 – Objetivo 2-> Verificar os impactos da previdência rural na composição da renda familiar e sua influência para a aquisição de bens e serviços

Categorias	Subcategorias	Teoria de aporte e resultados do Grupo Focal	Perguntas
Acesso ao consumo de bens (duráveis e não duráveis) e serviços.	1.1 Bens duráveis 1.2 Bens não duráveis 1.3 Serviços	Grupo Focal; Delgado e Cardoso Jr (2000); Biolchi e Schnaider (2003)	1) Desde quando recebe o benefício? 2) Qual a principal destinação da renda (consumo)? Quais produtos? Quais serviços?
Existência de outras rendas na unidade.	1.4 Fontes de renda	Grupo Focal; Delgado e Cardoso Jr (2000)	1)Qual o número de pessoas com rendimentos monetários residentes no domicílio? 2) Qual a origem da renda desses residentes (benefício previdenciário/trabalho/aluguel/comércio/parentes? Se trabalho, é trabalho assalariado? 3) Possui outra renda? 4) Continua trabalhando? Em quê? Por quê?
Dependência de parentes próximos.	1.3 Existe dependência? 1.4 Quem depende? 1.4 De que depende? 1.5 Porque depende?	Grupo Focal; Schuwarzer (2000, p. 98)	1)Quem é o chefe da casa onde reside? 2) Qual o número de pessoas sem rendimentos monetários residentes no domicílio? 3)O beneficiário ajudou/ajuda alguém economicamente dentro do domicílio? E Fora? Quantas pessoas? Quem são? De que forma? Existem dívidas em seu nome, resultante de ajuda a parentes e amigos?
Existência de contribuições recebidas de outras origens.	1.5 Recebe outras contribuições? 1.6 Tipos de contribuições 1.7 Periodicidades	Grupo Focal; Delgado e Cardoso Jr (2000)	1) Recebe alguma contribuição do governo, Organizações não Governamentais (ONG's), órgãos, etc. 2) Que tipo de contribuição? 3) Em que período recebe?

Fonte: Elaboração pela autora (2017)

Quadro 3 – Objetivo 3 -> Analisar a influência da previdência no bem-estar dos beneficiários comparando o período anterior ao do recebimento do benefício

Categorias	Subcategorias	Teoria de aporte e resultados do Grupo Focal	Perguntas
- Recebimento do benefício (antes e depois)	2.1 Reconhecimento do direito 2.2 Expectativa do recebimento 2.3 Acesso ao direito	Grupo Focal; Delgado e Cardoso Jr (2000)	1) Como foi o acesso ao benefício? 2) Informe se o/a Sr. ^a recebeu ajuda de alguma pessoa, autoridade ou órgão para solicitar o benefício? 3) Enfrentou algum problema para ter acesso ao benefício?
- Condições de sobrevivência antes e depois do benefício.	2.4 Oportunidade de trabalho 2.5 Acesso a renda mínima	Grupo Focal; Delgado e Cardoso Jr (2000)	1) Como eram as condições de sobrevivência antes? E como é agora?
- Estabilidade da renda	2.6 Renda incerta 2.7 Renda e esporádica	Grupo Focal; Delgado e Cardoso Jr(2000)	1) Qual a principal fonte de renda anterior ao benefício? Se não houvesse essa renda, sobrevivia de que?
- Inversão do fluxo migratório	2.8 Retorno à área rural	Grupo Focal; Delgado e Cardoso Jr (2000)	1) Já morou fora do Vale do Catimbau? 2) Qual a causa de ter retornado? 3) Desde quando reside no Vale do catimbau? 4) Após se tornar beneficiário mudou de domicílio?
- Formação escolar baixa	2.9 Acesso ao estudo	Grupo Focal; Queiroz (2008, p.106)	1) Frequentou escola? 2) Qual o nível de escolaridade (série)? 3) Sabe ler e escrever? (Escreve apenas o nome?)
Chantagem emocional dos dependentes por condição da renda.	2.10 Dependência e imposição de parentes próximos	Grupo Focal;	1) Existe algum tipo de pressão em ajudar parentes e amigos? Em caso afirmativo como? Na compra de bens? Entrega de valores em espécie?
- Agricultura em condições adversas por conta da estiagem.	2.11 Condições climáticas	Grupo Focal; Delgado e Cardoso Jr (2000)	1) Quais as condições climáticas na agricultura da região? 2) Como fazia diante das estiagens para sobreviver da agricultura?

Fonte: Elaboração pela autora (2017)

4.5.1 Fase II

Na segunda etapa os dados quantitativos sofreram tratamento estatístico. Já, para os dados qualitativos, foi seguido o roteiro explicitado no fluxograma disposto na figura 7.

Figura 7 – Fluxograma Análise de Dados (Etapa II)



Fonte: Elaborado pela autora (2017)

Para analisar os impactos do consumo de bens duráveis, fez-se necessário mensurá-los em valores reais, o seu detalhamento é abordado no tópico a seguir.

4.6 Valores dos Bens

Os valores dos bens de consumo alvo de questionamento sobre a aquisição na segunda fase da pesquisa de campo foram atribuídos considerando a média real do valor do bem usado, tendo como referência o mês de agosto de 2016, quando foi realizada a pesquisa de campo.

Para aferir os impactos da previdência rural, a partir da utilização do rendimento com o benefício para aquisição de bens duráveis foram realizadas as seguintes etapas:

- Identificação dos bens adquiridos em cada domicílio pelo beneficiário da previdência rural (tipo e quantidade);
- Como unidade de medida, foi atribuída a cada tipo de item, valores em Reais. Dessa forma na atribuição dos valores, foram considerados os preços médios de mercado (agosto de 2016) para bens usados no município de Buíque/PE, atribuído 70% do valor do bem novo no mercado;
- Feitas as atribuições de valor a cada item, foram calculados a variação na aquisição de cada tipo de item para cada entrevistado, conforme apêndice A;
- Em seguida como indicador de impacto foi utilizada a variação na aquisição de bens em relação a salário mínimo vigente (quando da pesquisa de campo, ano de 2016). Conforme a fórmula:

<p>Índice de Impacto no Consumo de Bens Duráveis (IICBD) = $\frac{\Delta \text{Consumo de Bens Duráveis depois do benefício } (\Delta \text{CBDDDB})}{\text{Valor do Salário Mínimo (Ago/2016-Data de realização da pesquisa)}}$</p>

Através da utilização desta fórmula pode-se mensurar os valores dos bens duráveis consumidos, considerando todas variáveis envolvidas na pesquisa, e para análise os resultados.

5 RESULTADOS E ANÁLISES DA PESQUISA

Este capítulo está organizado em três seções: 5.1 Perfil socioeconômico das famílias que possuem beneficiário da previdência rural; 5.2 Impactos da previdência rural para aquisição de bens (duráveis e não duráveis) e serviços; 5.3 A influência da previdência rural no bem-estar dos beneficiários (aspectos qualitativos de bem-estar).

5.1 Perfil socioeconômico das famílias

Para identificar o perfil socioeconômico das famílias entrevistadas foram consideradas as seguintes variáveis para o beneficiário: Sexo, idade, estado civil, número de filhos, número de filhos que moram com o beneficiário, número de filhos e netos que moram próximo à residência do beneficiário, recebimento de outra contribuição e sua origem.

Já, em relação a família do beneficiário foram consideradas as seguintes variáveis: existência de outro aposentado e grau de parentesco.

5.1.1 Do beneficiário

5.1.1.1 Sexo

A maior parte dos entrevistados é do sexo feminino (58%), representando 23 mulheres, e do sexo masculino correspondem a 43% (17 homens), vide tabela 1. Essa representatividade maior do sexo feminino pode ocorrer devido ao fato que as mulheres se aposentam mais cedo que os homens, ou seja, a faixa etária mínima exigida para elas é de 55 anos, enquanto para os homens é de 60 anos.

Tabela 1 – Sexo dos Beneficiários

Sexo	Frequência	%	% Acum.
Masculino	17	42,5	43
Feminino	23	57,5	100
Total de Entrevistados	40	100	

Fonte: Dados da pesquisa de campo

A mulher como beneficiária da previdência passa a possuir um maior empoderamento na família, com o recebimento de uma renda estável e regular. Com esta nova condição de renda da mulher a sua relação de dependência diminui em relação ao poder masculino, pois a condição de dependência da mulher é algo típico em municípios interioranos do nordeste. Assim, a mulher passa a ter maior independência financeira e até contribuir com a sobrevivência da família. Tal constatação foi corroborada pelos depoimentos das mulheres obtidos nos Grupos Focais, fruto da pesquisa preliminar de campo. Seguem-se relatos de algumas mulheres:

“[...]Dar comer mais a uns filhos, ajeitar a casa...”

“[...]comprei a comida, a comida...”

Antes do recebimento do benefício a renda principal da família adivinha do homem, sendo a mulher sua dependente. Depois essa relação se inverteu, principalmente nos primeiros anos de recebimento do benefício, em virtude da mulher se aposentar com idade inferior à do homem.

Embora essa mudança de status da mulher represente algo significativo em relação a universalidade da política de previdência rural, um dos participantes do grupo focal do sexo masculino, chega a afirmar que:

“[...] quando as mulheres passaram a governar. As mulheres são potencia, os homens são mais baixo agora, num era para as mulheres ter esse aposento não...”

Seguindo a fala desse participante, outros chegam a enfatizar sua concordância com a não participação das mulheres na previdência.

“ [...] também não concordo com esse direito não...”

“[...] também não concordo não...”

Essas afirmações denotam um preconceito em relação ao direito das mulheres serem beneficiárias da previdência rural. Algo que para muitos visto como uma grande conquista, para alguns agricultores do sexo masculino, representou um retrocesso em sua condição de provedor da família. É como se para eles existisse

uma ofensa a sua autoridade, seu poder na família. O que não pode ser aceito, visto que as mulheres também trabalharam, e continuam trabalhando no campo.

No tópico seguinte é abordada a faixa etária dos participantes da pesquisa.

5.1.1.2 Faixa Etária

Os resultados indicam que na faixa etária entre 55 e 60 anos predominam entre os entrevistados componentes do sexo feminino com 61% (14). Não havendo nenhum entrevistado do sexo masculino, devido a idade mínima exigida. Na faixa entre 61 e 63 estão 39% (9) das entrevistadas do sexo feminino, e 41% (7) do sexo masculino, conforme representado na Figura 7. Já na faixa etária entre 65 e 70 anos, 59% são do sexo masculino. Vide Tabela 2.

Tabela 2 - Faixa etária por sexo dos entrevistados

Faixa etária	Femini no	Perc entu al (%)	Perc. Acum. (%)	Mascul ino	Perc. (%)	Perc. Acum. (%)	Total de Entrevistados
55-60	14	61	61	-	-	-	14
61-63	9	39	100	7	41	41	16
65-70	-	-	-	10	59	100	10
Total de Entrevistados(as)	23	100	-	17	100	-	40
% de entrevistados(as)	57			43			

Fonte: Dados da pesquisa de campo

No tocante a faixa etária é importante salientar que a representação de maior idade entre os entrevistados pode refletir possivelmente no consumo de bens, em especial os duráveis, por se tratar de recebimento do benefício em maior espaço de tempo, o que será aprofundado em seção posterior ao tratar do impacto no consumo destes. Além disso, também pode influenciar na relação de dependência entre filhos e netos. Observe-se finalmente que o fato de na pesquisa ter sido contemplado apenas os que tivessem até 10 anos de recebimento do benefício, pode ter contribuído para que a média das idades correspondesse a uma faixa menor.

5.1.1.3 Estado Civil

Em relação a esta variável, as categorias se dividem em solteiro, casado, viúvo, divorciado/separado e outros. Os resultados evidenciam que 33 (trinta e três) participantes, mais de 80% (oitenta por cento) , são casados ou tem união estável. Eles apontam ainda 5 (cinco) viúvos e 2 (dois) divorciados/separados, conforme apresentado na Tabela 3.

Tabela 3 – Estado Civil

Estado Civil	Frequência	%
1.Solteiro	0	0
2.Casado/União Estável	33	82,5
3.Viúvo	5	12,5
4. Divorciado/Separado	2	5
Total	40	100

Fonte: Dados da pesquisa de campo

A predominância de casados também foi constatada na pesquisa realizada pelo IPEA (2000), com beneficiários no Rio Grande do Sul. Seguido deste resultado, o estado conjugal viúvo e divorciado seguem com a mesma situação da referida pesquisa do IPEA do mesmo ano.

Além do estado civil, para efeito de análise dos impactos, importa considerar o número de filhos dos beneficiários, o que será abordado no tópico a seguinte.

5.1.1.4 Número de Filhos por beneficiário

Em relação ao número de filhos que cada beneficiário possui observou-se que a maioria dos beneficiários possuem 5 filhos ou mais, correspondendo a 80% do total de entrevistados (Tabela 4).

Tabela 4 - Número de Filhos

Quantidade de Filhos	Freqüência	%	% Acumulado
1 Filho	1	2,5	2,5
2 filhos	1	2,5	5,0
3 Filhos	3	7,5	12,5
4 Filhos	3	7,5	20,0
5 Filhos	8	20,0	40,0
6 Filhos	6	15,0	55,0
7 filhos	7	17,5	72,5
8 Filhos	4	10,0	82,5
9 Filhos	4	10,0	92,5
10 Filhos	1	2,5	95,0
11 Filhos	1	2,5	97,5
13 Filhos	1	2,5	100,0
Total de Entrevistados	40	100	

Fonte: Dados da pesquisa de campo

O número elevado de filhos sugere uma existência de um número maior de netos e outros e os dependentes agregados em decorrência, noras e genros por exemplo. Essa constatação corrobora com as afirmações dos participantes do grupo focal, quando afirmaram ter um número elevado de filhos, porém alguns foram a óbito logo ao nascer e outros não conseguiam serem criados, devido a condições precárias de sobrevivência, envolvendo questões de saúde, higiene, alimentação, dentre outros. Assim, os que se criavam tinham que ajudar na sobrevivência da família, ou seja, trabalhando também na roça, pois era mão-de-obra para a produção agrícola, e estudar era algo praticamente impossível, o estímulo era para conseguir pelo menos assinar o nome. A condição de elevado número de filhos/netos será discutida na seção seguinte.

5.1.1.5 Existência de filhos/netos que moram com o Beneficiário

Inicialmente torna-se relevante considerar que durante a pesquisa de campo, foi observada a presença de netos que ali moravam. Assim o número de netos foi incorporado na pesquisa crescendo-se ao número de filhos, e pode ser visualizado na Tabela 5.

Entre filhos/netos que moram com o beneficiário, foi encontrado um dado relevante, a maioria deles, 58%, divide a residência com filhos e/ou netos. Diante desse resultado, constata-se que esses filhos e netos podem ser consumidores diretos da renda proveniente do recebimento do benefício previdenciário, a depender do grau de autonomia ou da existência de outras rendas dos filhos.

Tabela 5 - Existência filhos e netos que moram com beneficiário

Resposta		%	% Acumulado
Sim	23	58	58
Não	17	43	100
Total	40	100	

Fonte: Dados da pesquisa de campo
Elaborado: pela autora

Identificada a existência de beneficiários que possuem filho e/ou netos morando em sua residência, se faz importante conhecer o quantitativo por beneficiário, visto que essa informação pode impactar na relação de dependência do benefício previdenciário objetivo deste trabalho de pesquisa. Assim, no tópico a seguir abordar-se-á esta informação.

5.1.1.6 Número de filhos/netos por beneficiário

Em relação ao número de filhos/netos que moram com o beneficiário, 84% tem até 2 dependentes (filho/neto) em seu domicílio. No entanto, entre os que têm um número elevado de dependentes residindo no mesmo domicílio foi detectado que 12% apresentam a quantidade de 4 a 5 filhos morando em sua residência, conforme tabela 6. Ressalta-se que este fator pode comprometer a renda do beneficiário, e também inserir uma complementariedade a esta renda em caso de existência de outros benefícios sociais.

Tabela 6 - Número de filhos/netos que moram com o beneficiário

Filho/Netos que moram com o beneficiário	Frequência	%	% Acumulado
1	16	64	64
2	5	20	84
3	1	4	88
4	1	4	92
5	2	8	100
Total	25	100	

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Outra possibilidade de maior dependência dos beneficiários é o fato de que mesmo não residindo no mesmo domicílio, há a possibilidade de terem dependentes residindo nas proximidades o que pode acarretar em maior afluxo para realização de refeições e assédios diversos em relação ao suprimento das despesas desses dependentes, as quais podem ser totais ou parciais. Essa possibilidade é tratada no tópico seguinte.

5.1.1.7 Quantidade de filhos/netos que moram próximo e frequentemente visitam o domicílio do beneficiário

Além dos que residem no domicílio há aqueles que residem próximo² resultando em visitas frequentes aos pais, sobretudo para participar das refeições. Os resultados indicam que 82% dos beneficiários, recebem com frequência em sua residência a visita de até 5 filhos e netos (Tabela 7). Essa visita ao beneficiário pode gerar o consumo de alimentos representando aumento das despesas para o beneficiário da previdência, e conseqüentemente a redução de seu poder aquisitivo para consumo de outros itens, até mesmo de alimentos, comprometendo o direito de usufruir integralmente de seu benefício.

² Residir próximo significa morar a alguns metros, em casa vizinha, na outra rua, na casa da frente por exemplo.

Tabela 7- Número de filhos/netos que visitam com freqüência o beneficiário

Nº de Filhos/Netos que Visitam o domicílio do beneficiário	Freqüência(*)	%	% Acumulado
0	3	8	8
1	4	10	18
2	7	18	36
3	5	13	49
4	8	20	69
5	5	13	82
6	5	12	92
7	3	8	100
Total	40	100	

(*) Refere-se a quantidade de entrevistados que declaram receber os filhos e netos com respectivas quantidades em seu domicílio.

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Elaborado: pela autora

No tópico adiante é abordada existência de outras contribuições recebidas pelos beneficiários. Esta informação torna-se importante, dado que pode revelar uma menor carga de despesas sobre os beneficiários estudados. Chama-se atenção para essas outras contribuições, a rigor, pode não se constituir em eliminação das responsabilidades anteriores a essas novas contribuições sociais.

Na participação dos beneficiários do grupo focal, houve menções a essa questão, chegando um dos participantes a afirmar que:

“...aqui pra nois, o governo e o pessoal do Bem ajuda bastante. O lado da pobreza ajuda muito...”

As falas revelam ainda o medo dos beneficiários em relação aos parentes que é justificado pela pressão emocional na aquisição de bens e entrega de valores.

“...o pai tem que dá, se não ele ameaça, dá nas mães pra ela dar o dinheiro...”

“...essa mulecada aqui que você vê, é o pai que ajuda. Deixa de cumê, de comprar remédio.”

Diante das falas dos entrevistados, percebe-se que ,com a nova condição dos beneficiários, os dependentes passam a contar com essa renda para obter vantagem pessoal, no sentido de adquirir bens de seu interesse, condicionando a integridade física e mental do idoso caso negue a conceder o desejo do dependente. A segunda fala ressalta que ele se priva de atender algumas necessidades básicas próprias, como a exemplo a de se alimentar mais e melhor para atender o desejo alheio. Importante destacar ainda que o idoso possui certa fragilidade emocional decorrente da idade, o que intensifica o medo de dizer não ao pedido do interessado.

Importante destacar que a renda auferida do benefício previdenciário representa um salário mínimo para ambos os sexos. E que esse, pode ser considerado baixo em virtude do volume de dependentes usufruindo da renda previdenciária. Assim, no tópico adiante é abordada a existência ou não de outras contribuições recebidas pelo beneficiário.

5.1.1.8 Recebimento de outras contribuições

Em relação à existência de beneficiários que recebem outras contribuições, 58% dos entrevistados indicaram receber, ou seja, 23 deles (Tabela 8). Esse fato revela um incremento em suas condições de sobrevivência, e a de seus dependentes, favorecendo-a, já que aumenta seu acesso à bens e serviços.

Tabela 8 - Beneficiários que recebem outras contribuições

Resposta	Frequência	%
Sim	23	58
Não	17	43
Total	40	100

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Identificada a existência de outras contribuições na renda dos beneficiários, percebeu-se a necessidade de entender sua origem.

5.1.1.9 Fontes de contribuição

Considerando que há contribuições recebidas pelos beneficiários, buscou-se identificar as fontes dessas contribuições, assim percebeu-se que havia apenas uma fonte (ver Tabela 9), que é originada de uma Organização Não Governamental chamada de Amigos do Bem. Essa ONG localiza-se na comunidade central da região e oferece aos moradores da localidade uma série de oportunidades, entre elas o acesso a bens e serviços. A tabela 9 revela os quantitativos de bens e serviços recebidos.

Tabela 9 - Fontes de contribuição

<i>Fonte</i>	<i>Frequência</i>	<i>%</i>
Governo	-	-
ONG	23	100
Familiares	-	-
Amigos	-	-
Outros	-	-
Total	23	100

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Dentre as contribuições recebidas pelos beneficiários da ONG, estão bens de consumo, que são alimentos, especificamente arroz, em periodicidade bimestral e além desses os beneficiários recebem também itens de vestuários como calçados e roupas. Essas contribuições são não monetárias e o recebimento é por família, inclusive alguns dos beneficiários da previdência rural optaram por não receber a pequena feira mensal de arroz, para deixá-la para seus filhos que possuem menos condições de adquirir. Já em relação aos serviços que os beneficiários usufruem, estão: atendimento médico e odontológico, e atendimento na área de beleza, como cortes de cabelo.

Tabela 10 - Tipos de contribuição

Tipo	Frequência	%
Bens	23	100
Serviços	23	100
Valor em Espécie	-	-
Outros	-	-

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Dentre os dados analisados no subtópico 5.1.1 obteve-se o perfil dos beneficiários da previdência rural entrevistados nesta pesquisa. Esse perfil permitiu conhecer às seguintes variáveis: sexo; faixa etária, número de filhos por beneficiário, a existência dos que moram com o beneficiário e que moram próximo, além da existência de outras contribuições recebidas, a fonte e o tipo. Assim, no próximo tópico é abordado o perfil da família do beneficiário.

5.1.2 Perfil da família do beneficiário

A pesquisa apontou que 60% dos beneficiários entrevistados dividem o domicílio com outro familiar que recebe benefício previdenciário oriundo de aposentadoria (vide tabela 11). Esse dado representa uma renda superior, regular e estável naquele domicílio, possibilitando um consumo maior de bens e serviços.

Tabela 11- Existências de outro beneficiário de aposentadoria no domicílio

Resposta	Frequência	%
Sim	24	60
Não	16	40
Total	40	100

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Em relação ao grau de parentesco do outro beneficiário de aposentadoria existente no domicílio, foi identificado que 92% são os cônjuges (vide tabela 12). Esse dado constata que a renda oriunda de benefícios previdenciários nesses domicílios, por ser superior aos que tem apenas um beneficiário, pode possibilitar um maior consumo de bens e serviços. No entanto por se tratar de um perfil de família de baixa renda a formação de poupança é muito remota, o que inibe esta possibilidade.

Tabela 12 - Grau de parentesco do outro beneficiário

Grau de Parentesco	Frequência	%
Esposo(a)	22	92
Filho(a)	1	4
Pai/Mãe	1	4
Parentes ou afins		
Agregados		
Outros		
Total	24	100

Fonte: Dados da pesquisa de campo
Elaborado: pela autora

No próximo tópico aborda uma síntese do perfil socioeconômico das famílias.

5.1.3 Síntese do Perfil socioeconômico das famílias

Observa-se a prevalência de beneficiários do sexo feminino na amostra. Tal fato ainda impressiona alguns homens, visto que antes da Constituição Federal de 1988, apenas eles tinham acesso a esse direito. A prevalência entre beneficiárias do sexo feminino também foi resultado de pesquisa realizada em 2000 pelo IPEA, nas regiões Sul e Nordeste do Brasil (DELGADO, CARDOSO JR; 2000).

Diante da faixa etária escolhida (homens entre 60 e 70 anos e as mulheres entre 55 e 65), que considera o limite de tempo de recebimento do benefício escolhido, ou seja, de 10 anos, a maioria dos entrevistados homens estão na faixa entre 65 e 70 anos e as mulheres entre 55 e 60. Esta constatação revela que as mulheres recebem a menos de 5 (cinco) anos o benefício, enquanto os homens recebem há mais de 5 (cinco anos) anos.

As informações relativas ao estado civil dos beneficiários revelam uma dominância de pessoas casadas, seguido de viúvos e divorciados, não havendo beneficiários solteiros dentre os entrevistados.

A maioria dos domicílios possui mais de um beneficiário da previdência rural, levando-os então a condições mais favoráveis de sobrevivência o que será constatado mais adiante, na seção 5.3. A existência de outra fonte de renda não monetária foi destaque. Esta é oriunda de alimentos recebidos periodicamente como o arroz.

Por outro lado, fatores como o número elevado de dependentes morando ou não no domicílio oneram a renda do beneficiário, algo que compromete a qualidade de vida dos idosos na medida em que deixam de usufruir de benefício de forma integral. Em contrapartida os benefícios permitem melhores condições de sobrevivência aos familiares que não tem renda própria ou a tem em valor muito baixo e sem recebimento regular. Deve-se acrescentar que são poucas as oportunidades de renda na região estudada e que as transferências governamentais e ajuda da ONG mencionada são fundamentais para a sobrevivência das famílias ali residentes.

Além das variáveis consideradas há que ressaltar a escolaridade. Esta não foi usada no roteiro de entrevista individual pelo fato de ter sido constatada a baixa escolaridade entre os participantes dos grupos focais. Esta previsão foi identificada pelas falas dos sujeitos entrevistados individualmente.

Pelo exposto pode se afirmar que o perfil socioeconômico dos beneficiários da amostra revela as condições de vida das pessoas que sobrevivem da agricultura familiar no Brasil: ou seja, é composto por idosos dependentes, na maioria dos casos, exclusivamente do benefício previdenciário. Estes são na sua maioria casados, compartilhando com o cônjuge os benefícios previdenciários. Estes, muitas vezes garantem não só a própria subsistência, mas a da família, já que possuem um grande número de filhos. Esta constatação corrobora com o resultado da pesquisa realizada no Rio Grande do Sul, que aponta que “quanto mais pobres as famílias e as economias locais, maiores tendem a serem os impactos da Previdência Social Rural” (BIOLCHI; SCHNEIDER, 2003, p. 18).

A Seção seguinte elenca o problema central da pesquisa com adoção de categorias consumo para aferir os efeitos e a efetividade da política previdenciária sobre a área rural da Comunidade Central do Vale do Catimbau. Elas foram escolhidas não apenas pela relevância estatística do público-alvo, os beneficiários da previdência rural, mas também pelas peculiaridades regionais dos que são beneficiários desta política pública.

5.2 Os impactos da previdência rural na aquisição de bens e serviços

Este capítulo foi dividida em três seções: Consumo de Bens: Duráveis (5.2.1); Não duráveis (5.2.2); e Consumo de Serviços (5.2.3).

5.2.1 Impactos no Consumo de Bens Duráveis (IICBD)

A pesquisa de campo identificou o acesso a bens duráveis a partir do recebimento do benefício previdenciário em cada domicílio pesquisado. O conjunto de bens duráveis registrados encontra-se nas Tabelas 13, 14 e 15 a seguir.

Especificamente na Tabela 13 encontram se os bens eletroeletrônicos. Estes foram divididos por categoria. Os dados revelam que na categoria de Lazer e Entretenimento, a televisão é o principal item de consumo durável seguido da antena parabólica³. Este fato revela a valorização da comunicação e lazer (novela e futebol, por exemplo). Ainda na categoria comunicação o telefone é o principal bem consumido. Pode ser explicado pela necessidade de se comunicar com parentes e amigos.

Embora seja uma tendência global o crescimento da comunicação por meio telefônico via celulares, esta necessidade para o público idoso na região é recente. Na comunidade observada, no início da pesquisa (dez/15), não havia a liberação do sinal de celular na região, algo que foi implementado pouco recentemente (maio de 2017).

A categoria de Armazenamento e Preparação de Alimentos contempla o consumo de dois bens principais: geladeira e fogão a gás. Estes bens, para as famílias representam a possibilidade de preparar os alimentos em fogão moderno diferente do usado tradicionalmente, por muitos ainda, a lenha. Já a geladeira permite a conservação de alimentos que se não consumidos em pouco tempo se deterioram. É o caso de carnes, verduras, queijos. Além disso, há também a possibilidade de aproveitar os alimentos que foram preparados e não consumidos no mesmo dia, estendendo a sua duração no que poupa tempo e gás de cozinha.

³ Há de se ressaltar que a aquisição de antena parabólica está agregada ao da TV devido ao baixo sinal de transmissão na localidade. Dessa forma, condiciona o indivíduo a utilizar a antena para obter a transmissão via satélite, não havendo outra opção para utilizar a TV na localidade já que não haveria transmissão nem mesmo aos canais abertos de TV.

A possibilidade de conservação dos alimentos propicia o consumo de bens em maior quantidade e diversidade com isto reduz-se o deslocamento maior aos locais de abastecimento situados em áreas mais distantes – a exemplo do centro comercial do município de Buíque - algo em torno de 10 quilômetros de distancia do local de residência dos beneficiários. Registre-se igualmente que um maior volume de compras possibilita maior poder de barganha para os compradores. A fala de um dos beneficiários no grupo focal revela comodidades, ao afirmar que: “[...] comprar geladeira é mordomia...”.

Na categoria equipamentos de limpeza, destaca-se a máquina de lavar roupas, um item que facilita o cotidiano das mulheres já que ela realiza a lavagem de roupas e itens de cama, mesa e banho. O uso da máquina traz praticidade a dona de casa, principalmente aquelas que já estão em idade avançada e possuem limitações físicas que as impedem de lavar manualmente com freqüência, uma grande quantidades de roupas. Como se sabe esta atividade leva a um maior desgaste físico e demanda mais tempo.

Dentre os itens com baixa adesão ao consumo estão: aparelho de som; forno microondas e máquina de costura. Isto pode se justificar, no caso do aparelho de som este item está mais associado a um público mais jovem pelo fato de necessitar de mecanismos como *Compact Disc* (CD), *Pen Drive*, itens de pouco afeto aos mais idosos. Em relação ao forno microondas a baixa adesão a este tipo de bem revela talvez que este ainda seja considerado um item de luxo para muitos, ou mesmo o desconhecimento de suas utilidades por parte dos entrevistados. Quanto à máquina de costura, a não aquisição pode se traduzir a não necessidade de fazer as próprias roupas, já que itens de vestuário são mais acessíveis nos dias atuais, em função da produção em larga escala o que leva a preços mais baixos, favorecendo a compra de itens já prontos.

Tabela 13 - Quantidade total de Eletroeletrônicos adquiridos

Categoria	Sub-Categoria	Quantidade total de bens adquiridos(A)	Quantidade Média p/ Família (B=A/40)	Percentual por categoria de bem (%)	Percentual no total de bens (D= A/312 (Total de BCD) (%)
Lazer e Entretenimento	Televisão	30	0,75	21	9,62
	Antena Parabólica	28	0,70	19	8,97
	Aparelho de Som	3	0,08	2	0,96
Comunicação	Celular	13	0,33	9	4,17
	Computador	1	0,03	1	0,32
Armazenamento e Preparação de Alimentos	Geladeira	28	0,70	19	8,97
	Fogão	20	0,50	14	6,41
	Forno Microondas	1	0,03	1	0,32
Equipamento de limpeza	Máquina de Lavar Roupas (Tanquinho)	17	0,43	12	5,45
Equipamento de confecção	Máquina de Costura	2	0,05	1	0,64
Outros	Outros	2	0,05	1	0,64
Total		145	3,63	100	46,47

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Nota: Total de Bens de Consumo Durável (TBCD) = 312

Na tabela 14 é evidenciada outra categoria de bens duráveis, as de mobiliário, esta categoria esta subdividida em mobília para repouso; para armazenamento de vestuário; armazenamento de alimentos (utensílios de cozinha), mobília para refeição e acondicionamento.

Os dados desta tabela demonstram que o bem durável mais adquirido foi a cama, que esta dentro da subcategoria mobília de repouso, o que demonstra que as famílias buscam maior conforto e priorizam a o descanso com maior qualidade. Outro item bastante consumido dentro desta subcategoria foi o sofá, com intuito de maior acomodação e conforto para desfrutar dos momentos de lazer proporcionado pelos televisores, antes tratados em outro grupo de bens.

Na mobília de armazenamento de vestuário, se destacou a aquisição de guarda-roupa, como único e principal item desta subcategoria. Comprar este bem demonstra a importância que é dada pelas pessoas, em armazenar suas roupas de forma adequada, prolongando sua duração. O guarda roupa também compõe juntamente com a cama uma mobília do quarto, e sua aquisição em grande quantidade reforça a idéia, que as pessoas têm o interesse em deixar este ambiente da residência o mais mobiliado possível. Um desejo comum entre as mulheres.

Na subcategoria de armazenamento de alimentos, destacou-se o consumo de armário de cozinha, este item se revela necessário para este público, devido a necessidade de armazenar utensílios de preparação e consumo de alimentos e até mesmo alimentos que não precisam de condições especiais de conservação. Estas funcionalidades deste item demonstram o porquê ele foi tão consumido pelos entrevistados.

Na subcategoria mobília para refeições, a mesa foi o bem mais adquirido. A aquisição deste móvel em geral se dá pela necessidade de ter um ambiente mais adequado para realizar as refeições, além de ser um local de interação entre os membros da família e seus visitantes. O conforto que este bem proporciona na realização das refeições também é um fator relevante, na escolha por sua compra.

Importante salientar que foi 312 o total de bens adquiridos, registrados através da pesquisa de campo.

Tabela 14 - Móveis adquiridos por categoria em quantidade e percentual

Categoria	Sub-Categoria	Quantidade total de bens adquiridos (A)	Quantidade Média p/ Família (B=A/40)	Percentual por categoria de bem (%)	Percentual no total de bens (D= A/312 (TBCD) (%)
Mobília de Repouso	Cama	43	1,07	27	13,78
	Sofá	16	0,40	10	5,13
Mobília para Armazenamento de vestuário	Guarda-roupa	32	0,80	20	10,26
Mobília de Armazenamento de Alimentos, utensílios de cozinha	Armários de cozinha	23	0,57	14	7,37
Mobília para Refeições	Mesa	24	0,60	15	7,69
Acondicionamento	Estante	19	0,47	12	6,09
Outros(**)	Outros	2	0,05	1	0,64
Total		159	3,98	100	50,96

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Nota: Total de Bens de Consumo Durável (TBCD) = 312

Foi detectada a aquisição de veículo entre os bens adquiridos. Contudo, é de se esperar que outras rendas possam ter contribuído com a sua aquisição em que pesem as possibilidades de elasticidade dos prazos de financiamento atuais (2017). A pesquisa não revelou o consumo de motos, o que talvez seja explicado pela faixa etária do público analisado ser alta, e este meio de transporte requer

habilidades físicas e psíquicas e estas ficam comprometidas com a idade avançada, eliminando o consumo desse tipo de bem. No entanto os dependentes desse público costumam adquirir esse tipo de bem em função de seu baixo custo de aquisição e manutenção, e ainda a facilidade de utilizá-lo no meio rural. Durante as entrevistas no grupo focal houve manifestações sobre a pressão que alguns jovens dependentes exercem sobre os idosos no sentido de adquiri esses bens.

Tabela 15 - Quantidade de Meios de Transporte Adquiridos

Categoria	Quantidade total de bens adquiridos(A)	Quantidade Média p/ Família (B=A/40)	Percentual por categoria de bem (%)	Percentual no total de bens (D= A/312 (Total de BCD) (%))
Bicicleta	2	0,05	25	0,64
Veículo	6	0,15	75	1,92
Moto	-	-	-	0
Total	8	0,2	100	2,56

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Nota: Total de Bens de Consumo Durável (TBCD) = 312

A partir da análise dos dados é possível perceber que os bens duráveis mais consumidos são os bens móveis, representando 50,96%. Destes predominam cama (13,78%) e guarda roupa (10,26%) do total de bens. Os demais bens representam 46,47%, que são os eletroeletrônicos, destacando-se o consumo de Televisão, Antena parabólica e geladeira, que juntos somam 59% do total da categoria. E em relação aos bens de transporte estes representam apenas 2,56% (conforme tabela 15) do total de bens duráveis consumidos pelos beneficiários da previdência rural, que dentre estes se destacam os veículos, com consumo de 75%.

Em complemento aos dados de aquisição dos bens demonstrado nas Tabelas 13, 14 e 15 elaborou-se uma tabela a qual está exposta no Apêndice A. Esta apresenta os bens por seus valores em reais. Tais valores representam a média do valor do bem usado no mercado, conforme estão explicitados na metodologia.

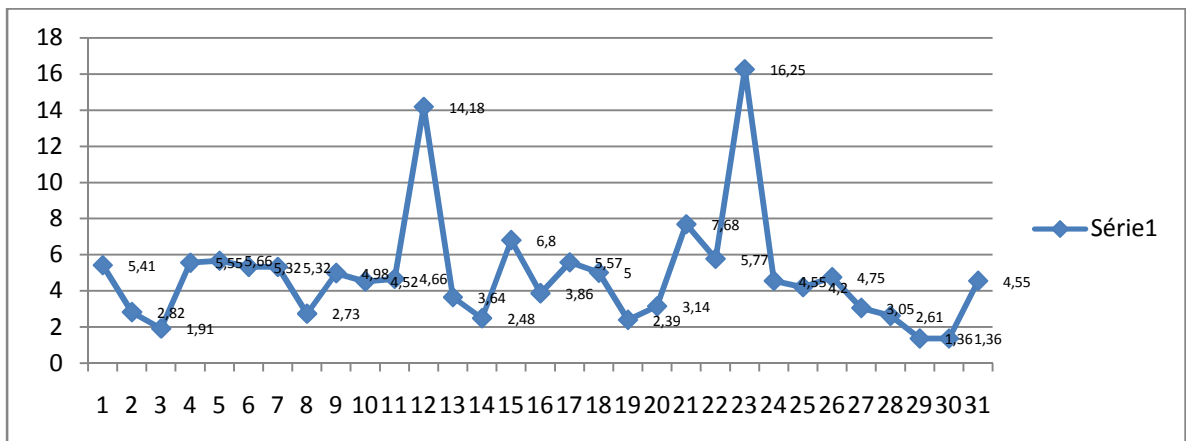
Esta tabela apresenta informações importantes, tanto pela representatividade da amostra como pela seleção de produtos adquiridos pelos beneficiários. Para explicar o impacto no consumo desses bens foi utilizado o Índice de Impacto no Consumo de Bens Duráveis (IICBD), conforme especificações na seção seguinte.

5.2.1.1 Grau de impacto medido pelo IICBD

Na tentativa de mensurar o grau de impacto no consumo de bens duráveis por beneficiários foi elaborado um Indicador de Impacto do Consumo de Bens Duráveis (IICBD), o qual se encontra definido no item 4.6 da metodologia.

Utilizando-se o IICBD nos dados coletados na pesquisa de campo a figura 8 apresenta-se o índice mencionado. Uma breve análise dessa medida é apresentada adiante.

Figura 8 - Grau de Impacto no Consumo de Bens Duráveis (IICBD)



Nota 1: Para uma melhor interpretação dos resultados foram excluídos os valores considerados muito elevados (o mais elevado foi 16,25, e os acima desse foram retirados). Foram retirados esses valores por ter sido observado entre os beneficiários que alguns detinham rendimentos de outras fontes, inclusive de pequenos negócios.

Também foram retirados os valores muito baixos (abaixo de 1,0). Os valores mais baixos foram retirados por representarem beneficiários que recebem o benefício em tempo considerado ainda insuficiente para aquisição de bens duráveis de forma representativa de um certo padrão de consumo adquirido a partir do recebimento dos benefícios.

Fonte: Dados da pesquisa de campo

A tabela 16, logo adiante, apresenta as medidas de tendência central, média, moda e mediana.

Tabela 16 - Medidas de tendência central, média, moda e mediana

Medidas	IICBD
Média	4,9
Moda	5,3
Mediana	4,5
Desvio padrão	3,2

Fonte: Dados da pesquisa de campo

A média representa o valor do impacto entre todos os entrevistados, já o desvio padrão é uma medida de dispersão em torno da média de valor de uma variável aleatória, ou seja, um valor que quantifica a dispersão dos eventos sob distribuição normal. Um baixo desvio padrão indica que os pontos dos dados tendem a estar próximos da média ou do valor esperado. Já um alto desvio padrão indica que os pontos dos dados estão espalhados por uma ampla gama de valores, que é o caso do resultado aqui apresentado.

Percebe-se que os impactos medidos com base no IICBD foram positivos, representando 4,90 salários mínimos em média por família. Isto representa quase cinco meses de recebimento do benefício, sendo empregado na aquisição de bens de consumo duráveis por família.

Os dados da amostra apontam que se considerarmos a média 4,9 por família multiplicada por todos os beneficiários da localidade (104), segundo dados obtidos do INSS (em jan/16) representaria um valor estimado para o consumo de bens no montante de R\$ 448.448,00 reais (Quatrocentos e quarenta e oito mil e quatrocentos e quarenta e oito reais), ou seja, 509,6 salários mínimos.

Registre-se que os bens listados nas tabelas 13, 14 e 15 não são ofertados na localidade objeto da pesquisa, mas na sede do município de Buíque. Isto quer dizer que o consumo desses bens não impacta diretamente a oferta na comunidade pesquisada, mas afeta a oferta na sede do município.

Podem-se apontar ainda diferentes efeitos nas diferentes cadeias produtivas dos bens adquiridos. Efeitos importantes para frente e para trás nas cadeias, ou seja, há impactos diretos e indiretos, e gera emprego e renda na localidade e fora dela. Em relação aos benefícios diretos estes afetam a localidade e os indiretos outras localidades.

Na localidade pesquisada, há diversos tipos de negócios, como exemplo, padarias, mercadinhos, açougue, loja de material de construção, etc. Dada a

relevância desse fio condutor de desenvolvimento local, esses dados mereceriam a realização de outra pesquisa, devido à limitação do objeto desta.

Observe-se os efeitos do consumo indireto em decorrência dos bens adquiridos. Por exemplo, a aquisição de fogão leva ao consumo de gás. Este e outros bens trazem a necessidade de mão de obra em função da demanda de serviços de instalação e assistência técnica, que pode ser prestada no local ou no município sede.

Na seção seguinte apontam-se os impactos decorrentes da aquisição dos bens não duráveis.

5.2.2 Consumo de Bens Não duráveis

Por terem os beneficiários faixas etárias avançadas e baixa formação escolar foi percebido a impossibilidade de levantar dados quantitativos de consumo de bens não duráveis, antes e depois do recebimento do benefício, como era a intenção inicial para a pesquisa. Além do mais, percebeu-se durante as entrevistas, não ser comum o registro desses quantitativos entre o público. Assim, foi feito o apenas registro por ocorrência ou não, da compra dos referidos bens a partir do recebimento do benefício.

A aquisição de itens alimentícios foi o de maior registro. Segundo os entrevistados, tal fato se deveu a necessidade básica de se alimentar, antes muito precária por não terem renda suficiente para cobrir este tipo de despesa nos padrões mínimos recomendáveis para um ser humano. Essas pessoas passaram a vida lutando pela sobrevivência. Com a aposentadoria tiveram a oportunidade de consumir alimentos em maior quantidade e variedade além de ter um consumo mais estável, ou seja, consumir durante todo o mês. Além disso, passaram a consumir itens antes impossíveis de compor a cesta básica vigente como: carnes, queijos, biscoitos, alimentos integrais (específicos para dieta).

Outra consideração importante se refere aos aspectos relacionados à saúde, devido não só a idade avançada (mas a condições de sobrevivência, alimentação, número de filhos...), muitos necessitam de remédios específicos que a idade avançada requer.

O consumo de roupas e calçados também passou a ser introduzido no rol de compras dos idosos, algo que antes era praticamente impossível diante da renda, baixa e irregular.

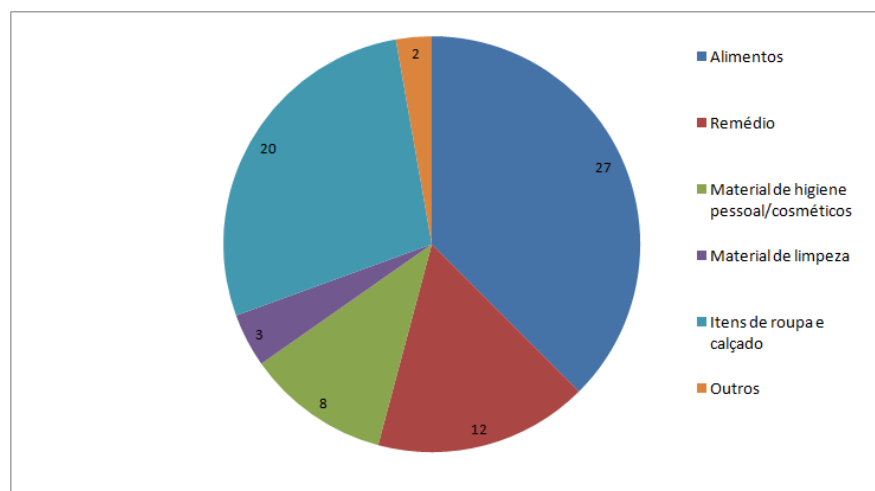
Pela leitura da Figura 9 é possível perceber o que os itens de consumo de alimentos (27) superam os demais. Tal fato vai ao encontro daquilo que foi levantado nos grupos focais, realizados no início dessa pesquisa. Nesta os entrevistados afirmaram que antes do benefício, não havia condições de comprar o que queriam e muitas vezes nem o que era estritamente necessário. A partir do benefício passaram a adquirir mais alimentos e de forma mais diversificada. Alimentos para dieta específica foi um destes itens mencionados. Alguns apresentam problemas de saúde que limitam os alimentos a serem consumidos.

Após o consumo de alimentos se destacam os itens de vestuário (roupas e calçados foram mencionados). A partir da fala dos entrevistados o consumo desses bens representam: auto-realização, a melhoria da auto-estima e por vezes um bem-estar social, pois influencia em como as outras pessoas o vêem.

O terceiro item da seqüência de consumo está o de remédios. Este item tem grande valor para a manutenção da saúde dos beneficiários devido à idade mais avançada. Alguns citaram problemas de Hipertensão e Diabetes.

Além dos mencionados outros itens também foram citados a exemplo de: ornamentos para o lar e utensílios de cozinha, como panelas. Esses bens representam culturalmente na região, a preferência das mulheres, o cuidado delas com a casa. Muito provavelmente uma maior autonomia em relação à renda permitiu maior liberdade para a aquisição desses tipos de bens.

Figura 9 - Grau de Impacto no Consumo de Bens Não Duráveis (ICBND)



Fonte: Dados da pesquisa de campo

Como síntese da análise dos resultados desse tópico, que teve como objetivo analisar o impacto dos benefícios previdenciários na aquisição de bens não duráveis foi possível concluir que a vida antes de ter uma renda certa e regular era marcada por muitos desafios, destacando-se a superação para sobreviver diante da precariedade de alimentos, consequência de oportunidades limitadas no campo em virtude das condições climáticas da região serem adversas. Trata-se de uma área onde prevalece o clima seco e chuvas escassas. O benefício tornou possível ter com que se alimentar, e poder comprar itens de vestuário e utensílios para casa, remédios além de reformar os imóveis.

Além dos aspectos relacionados ao consumo de bens mencionados, é importante destacar que alguns serviços também passaram a ser consumidos pelos beneficiários, estes serão tratado na subseção seguinte.

5.2.3 Consumo de Serviços

O acesso a serviços particulares pelos beneficiários da previdência rural, embora restrito, chega a ser utilizado.

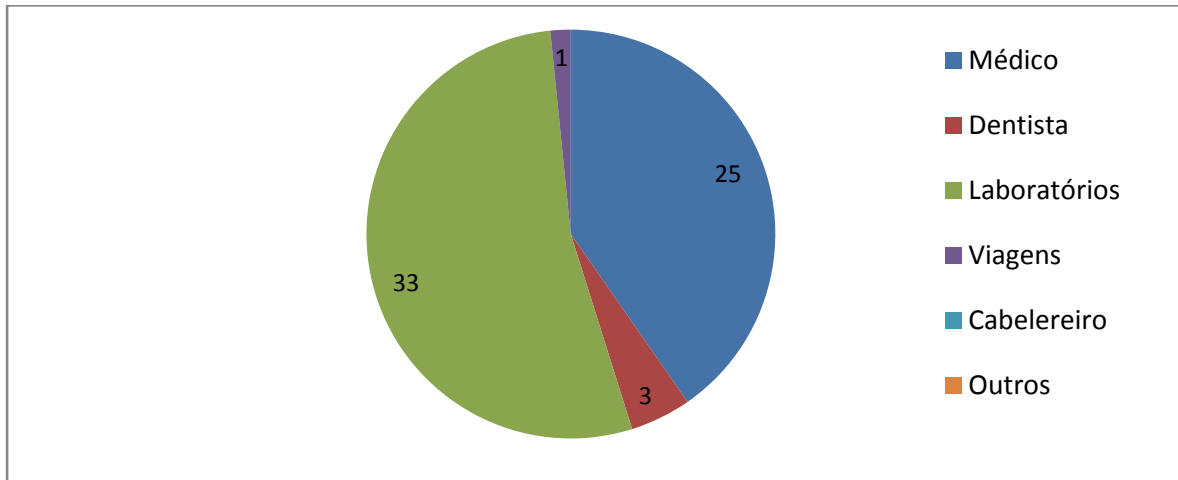
Tabela 17 - Serviços particulares utilizados

Tipo	Descrição
Saúde	Médico
	Dentista
	Laboratórios (exames)
Lazer	Viagens
Cuidados Pessoais	Cabeleireiro
	Outros.

Fonte: Dados da pesquisa de campo

A Figura 10 traz informações sobre a utilização dos serviços pelos beneficiários entrevistados. O destaque está para serviços médicos (25) e de laboratório (33), sendo esses os mais consumidos. Esse consumo pode se justificar pela necessidade de cuidados específicos com a saúde em virtude da idade avançada. O serviço de viagem foi citado por um único respondente, inclusive a alegação do mesmo foi que o utiliza para visitar a filha que mora fora do estado.

Figura 10 - Quantitativo de Consumo de Serviços



Fonte: Dados da pesquisa de campo

Sobre o acesso a serviços, que são considerados bens não materiais, a pesquisa forneceu dados que permitiram identificar que os beneficiários da comunidade destinam parte de sua renda predominantemente em serviços de saúde. Esta predominância revela a necessidade de buscar melhorias nas condições de vida, já que o avanço da idade pode comprometer o desempenho de suas atividades cotidianas, colocando-os em situação de vulnerabilidade. Tal resultado também remete a percepção de que políticas públicas da área de saúde voltadas aos idosos apresentam-se limitadas na região.

5.2.4 Síntese geral dos Impactos da Previdência Rural no consumo de Bens e serviços

O consumo de bens duráveis predominante entre os idosos beneficiários da previdência rural na comunidade é representado por móveis e eletroeletrônicos. Dentre estes estão entre os mais adquiridos: cama, mesa, televisão, antena parabólica e geladeira. Na tentativa de entender melhor o grau de impacto no consumo de bens duráveis a partir da renda, elaborou-se o Indicador de Impacto no Consumo de Bens Duráveis por beneficiário. Tal indicador revelou que existe impacto positivo no consumo desta classificação de bens, revelando uma maior demanda por esses produtos no comércio da região.

Já, em relação ao consumo de bens não duráveis, o item mais consumido foi o de alimentos. Diante da precariedade nas condições de sobrevivência revelada

nas inúmeras falas dos beneficiários participantes da pesquisa, seja em sua fase preliminar ou aprofundada, o acesso a alimentos (em diversidade ou quantidade) foi evidenciado como sendo muito difícil.

Os resultados inerentes ao consumo de serviços explicitaram que os serviços predominantes eram com consultas médicas e exames particulares. Este resultado depreende-se com a realidade comum a muitos idosos rurais, devido às condições de saúde física mais debilitada, principalmente em decorrência do tipo de trabalho realizado ao longo da vida. As condições de trabalho sujeito à exposição às intempéries – sol, chuva, poeira, calor excessivo, exposição a animais peçonhentos, sem uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), entre outros. – e baixa assistência à saúde em paralelo.

O impacto no consumo de bens, sejam eles duráveis ou não, revelou-se na presente pesquisa bastante considerável a partir do recebimento do benefício previdenciário. Há de se convir que o acesso ao benefício previdenciário trouxe inúmeras alterações no perfil do socioeconômico e regional da população local. Este novo perfil pode também se refletir nas demais populações rurais de todo o país, tendo em vista do caráter universalista desta política pública e abrangência que a torna presente em todas as regiões.

5.3 Influência da previdência rural no bem-estar dos beneficiários (as)

As condições de bem-estar dos beneficiários estão representadas no presente capítulo pelas Condições de moradia (5.3.1) e Condições de sobrevivência em geral (5.3.2).

Em relação às condições de moradia, foi considerada, a partir de questionamento específico, qual a relação do beneficiário com a propriedade em termo de posse, se a mesma é ou não sua, é cedida ou locada.

Quanto às condições de sobrevivência, foi considerada, a percepção do beneficiário em relação a sua sobrevivência antes de receber o benefício e após.

5.3.1 Condições de moradia

Conforme evidenciam os dados constantes na Tabela 18, quanto a localização da moradia dos beneficiários é possível observar que a maioria deles, ou seja, 57,50% (cinquenta e sete inteiros e cinquenta centésimos por cento), residia na zona rural. E, no período posterior ao recebimento do benefício, apenas 42,5% (quarenta e dois inteiros e cinquenta centésimos por cento), havendo então uma redução de 15% (quinze por cento) que pode ser explicada pela migração dos trabalhadores rurais para os centros urbanos, já que passam a ter uma renda certa não precisando trabalhar para sobreviver, enquanto o restante ainda continua a possuir moradia na área rural, seja por satisfação em poder viver lá ou mesmo por continuar trabalhando. Já, em relação a zona urbana, 67,50% (sessenta e sete inteiros e cinquenta centésimos por cento) dos aposentados informaram morar nesta área. Após o recebimento do benefício houve um aumento de três moradores na área urbana, ou seja, cerca de 11% (onze por cento). No geral, é possível também perceber que alguns beneficiários possuem dois imóveis, um na área rural e outro na urbana. O motivo, segundo a fala de alguns beneficiários através das entrevistas, se deve ao fato de que precisam e sentem satisfação em continuar trabalhando no campo por isso a manutenção da casa nesta área, e também possuir uma casa na cidade (esta entendida como centro urbano) para passar os fins de semana com a família.

Tabela 18 - Condição de moradia do beneficiário por localização

Área	Antes	Depois
Rural	23	17
Urbana	27	30

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Em relação à condição da moradia, a maioria dos respondentes, ou seja, 95% (noventa e cinco por cento) revelou que antes do benefício já morava em imóvel próprio (vide tabela 19), apesar das dificuldades enfrentadas pelos beneficiários. E, após o recebimento do benefício passaram a reformá-lo.

Tabela 19 – Condições de moradia do beneficiário em relação a propriedade

Descrição	Antes	Depois
Própria	38	40
Alugada	1	0
Cedida	1	0
Outros	0	0

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Muitos beneficiários que revelaram possuir dois imóveis, geralmente sendo um na área rural e outro na área urbana. A partir das falas dos entrevistados percebeu-se que a origem desses imóveis decorria muitas vezes de heranças familiares. Há de convir que em meio a condições de sobrevivência tão precárias e a obtenção de renda estável a partir do recebimento de um salário mínimo, não haveria condições de adquirir imóveis de melhor qualidade. Embora, não fosse alvo direto da pesquisa, percebeu-se a partir das falas que a qualidade dos imóveis, em relação a sua estrutura era muito precária (muitas vezes barracos) antes do recebimento do benefício, passando o beneficiário da previdência a reformá-los com a parca renda auferida da previdência.

Na seção seguinte é abordado o nível de bem-estar quanto a situação antes e depois do benefício.

5.3.2 Nível de Bem-Estar

Para entender melhor o nível de bem-estar propiciado pelo recebimento do benefício previdenciário pelos idosos, foi elaborado pergunta específica quanto a sua situação antes e depois do benefício, com escalonamento de resposta entre: ruim, razoável, bom, excelente e indiferente, permitindo uma análise quantitativa. E além disso, para uma análise qualitativa requereu-se a uma especificação quanto a esta resposta escalonada.

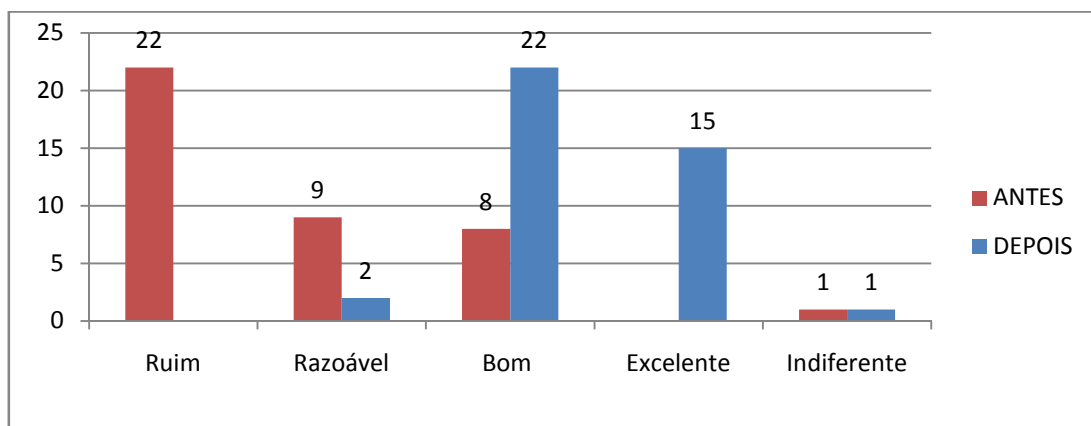
Analisando a Figura 11, constata-se que antes do recebimento do benefício cerca vinte e dois (mais da metade) respondentes consideravam ruim suas condições, e os principais motivos da insatisfação informados pelos entrevistados eram: 1) trabalhar muito e ganhar pouco; 2) não ter dinheiro para comprar o que precisava, e 3) não ter dinheiro certo todo mês. Os demais entrevistados

apresentaram opiniões diversas entre: bom e razoável. A percepção é de que estes conseguiam uma renda mínima e irregular antes de receber os benefícios.

Em que pese um número razoável de respondente ter considerado a situação anterior ao recebimento, como razoável e boa ao serem questionados sobre a situação após recebimento foi constatada (através da Figura 11) uma mudança de cenário muito grande, a maior parte dos entrevistados consideravam as condições pós benefícios como: boas, aproximadamente vinte e dois dos respondentes. Os demais entrevistados, dezoito, descreviam como excelente e razoável. Os que declaram estar numa situação boa ou excelente, geralmente atribuíram esta nova condição à estabilidade financeira, uma vez que tiveram uma renda mensal assegurada. Esta condição lhes permitiu maior poder de compra e acesso ao sistema de crédito. As condições de sobrevivência passaram a ser bem melhores. Os que responderam que estavam em condições razoáveis, mesmo depois de receber o benefício, em geral ainda passam por dificuldades financeiras em função das despesas com saúde (compra de remédios caros) e ajuda a parentes em situação precária.

Comparando os dois períodos – antes e depois do recebimento do benefício - é possível perceber que a situação posterior mudou as condições de vida dos idosos entrevistados daquela comunidade. Os que antes informaram ter uma condição financeira ruim ou razoável passaram a ter uma condição financeira “boa” ou “excelente”. Para a maioria houve um impacto relevante a partir do recebimento do benefício previdenciário, reforçando sua importância, como uma política de intervenção social.

Figura 11 - Condições de sobrevivência antes e depois do recebimento do benefício



Fonte: Dados da pesquisa de campo

A partir da Tabela 20 é possível perceber que a média aritmética das respostas em escala, que representa a situação antes do benefício entre todos os entrevistados é de 1,6, ou seja, eles consideraram que sua situação era entre ruim e razoável (ruim =1 e razoável =2). Prevalendo a situação ruim, conforme a moda (1), ou seja, ruim e mediana (1) idem. Já, o desvio padrão enquanto medida de dispersão em torno da média de valor de uma variável aleatória, apresenta um baixo desvio padrão, o que indica estar próximo da média.

Tabela 20 - Medidas de tendência central, média, moda e mediana e desvio padrão: Condição antes e depois do benefício

Antes do Benefício		
Cálculo estatístico	Situação Antes	Situação Depois
Média	1,6	3,3
Moda	1,0	3,0
Mediana	1,0	3,0
Desvio padrão	0,81	0,58

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Do exposto na Tabela 20, é possível também perceber que a média que representa a situação após o recebimento do benefício entre todos os entrevistados é de 3,3, ou seja, eles consideraram que sua situação era entre Boa (3) e Excelente (4). As outras medidas, moda e mediana confirma a situação representada pela média, ou seja, respectivamente 3 e 3 O desvio padrão apresentou-se consideravelmente baixo, 0,58 o que identifica que as respostas se situaram em torno da média.

Em complemento às questões fechadas foram feitas perguntas em aberto afim de que fossem especificadas a situação antes e depois. A análise qualitativa complementar foi procedida mediante decodificação e categorização. (Nos Apêndices E e F encontram-se a operacionalização dos resultados desta parte da análise).

A análise relativa ao período antes do recebimento do benefício apontou as seguintes categorias de análise: instabilidade financeira; renda ínfima; maior dependência de políticas públicas; maior necessidade de trabalhar; instabilidade da produção agropecuária; melhores condições de saúde; sobrevivência precária; poucas oportunidades de trabalho; desejo de consumo; necessidade de trabalhar; dependência financeira de parentes; desequilíbrio financeiro; escassez de alimentos;

e, trabalho precário. Tais categorias mostram as condições de sobrevivência no período anterior ao recebimento do benefício de aposentadoria do agricultor e sua abordagem basear-se-á no âmbito dos estudos sobre previdência rural.

Dentre as categorias citadas buscou-se fazer uma interligação entre elas, para melhor entender a situação anterior ao recebimento do benefício.

Em decorrência da constituição de família, o agricultor tinha a necessidade de trabalhar para sustentá-la. Em meio a um clima desfavorável na região, a agropecuária se tornava muitas vezes inviável, e assim o sustento da família era prejudicado pelas poucas oportunidades de trabalho. A instabilidade na renda era um fator constante, e quando a recebia, era por vezes muito baixa, chegando o agricultor a depender da ajuda de parentes e de políticas públicas emergenciais para garantir a sobrevivência da família. Em meio a condições de sobrevivência tão precárias, havia limitações no acesso a políticas públicas de emergência voltadas ao trabalhador rural em épocas de estiagem mais prolongadas, agravando ainda mais a situação. Somando-se a estes fatores, a submissão a oportunidades de trabalho precárias eram comuns, pois precisavam obter minimamente alimentos para a família, mesmo através de obtenção de valores junto a agentes de crédito, ocasionando um descontrole financeiro. Esta situação ocasionava uma maior necessidade de mais horas de trabalho a fim de cumprir com estes encargos financeiros.

E em meio a uma sociedade em que o consumo se torna bastante representativo, o desejo de consumir estava presente entre os agricultores, mesmo que fosse apenas atender minimamente suas necessidades mais básicas.

Em meio a tantos fatores desfavoráveis identificados, a condição de saúde do agricultor foi declarada como sendo positiva entre os respondentes. Talvez por serem mais jovens a época, no que favorecia mais disposição para realizar as atividades e a incidência de enfermidades fosse menor.

A estabilidade financeira a partir do recebimento do benefício representou um fator positivo na vida dos trabalhadores rurais. A expressão de satisfação revelada pelas feições dos entrevistados era manifesta. A partir deste elemento que simboliza a inserção social, foi permitido ao agricultor acesso ao crédito, possibilidade de ajudar a família, cuidar da saúde, descansar mais (já que não precisa trabalhar para receber uma renda). A nova condição garantiu a alimentação da família, bem como a criação de animais, já que pode comprar ração para

alimentá-los. E, embora tantos fatores tornem o recebimento desta renda algo muito positivo na vida de muitos, para alguns ela ainda é insuficiente. Isso se deve ao fato de há um quantitativo elevado de parentes que dependem dessa renda ou mesmo as condições de saúde requerendo um consumo elevado de medicamentos além de gastos adicionais com exames e consultas rotineiros. O conjunto destes gastos chega a comprometer até a alimentação e o atendimento de outras necessidades básicas. Esta situação revela a necessidade de políticas públicas integradas, com destaque para as de saúde as quais trazem impactos diretos sobre a renda das pessoas, notadamente as mais pobres.

Para alguns dos beneficiários entrevistados não houve valorização da renda auferida do benefício previdenciário, havendo baixa agregação da renda. Essa indiferença contraria a maioria das falas dos entrevistados. Esta manifestação de alguns, pode estar representada no fato de que o beneficiário continua trabalhando e obtém rendas de outras fontes, provavelmente mais elevadas e regulares, não o condicionando a uma situação de dependência em relação ao benefício, mas apenas um complemento.

De modo geral, pode se concluir que o nível de bem-estar tornou-se mais elevado entre a maioria dos entrevistados na presente pesquisa. A situação econômica e social passou a ser mais favorável, trazendo a eles a uma nova expectativa de vida. As falas seguintes obtidas nas entrevistas realizadas com os grupos focais, comprovam o resultado das entrevistas individuais, ressaltando esse sentimento em relação ao benefício previdenciário, tão esperado e desejado por muitos dos beneficiários.

"[...]o passado era terrível, quando eu me aposentar queria comprar um quilo de açúcar, um sabão, um taco de queijo...mudou bastante, mudou 100% depois do aposento viu"

Acerca do período anterior, a alimentação era precária, e poder, através do recebimento do benefício, comprar alimentos representou muita satisfação.

"[...]mas me aposentei também, tava trabalhando na roça, to tomando uma fuga agora" .

Trabalhar era algo mais que necessário, e com o avanço da idade ficaria mais difícil com o passar do tempo, assim o recebimento do benefício representou inserção no meio social e a possibilidade de descanso, já que com a estabilidade da renda pode garantir os meios necessários a sobrevivência.

"[...]se num fosse o governo a gente tava ferrado, tava tudo ferrado. Se ele tirar mata a gente tudo de fome".

Como uma política pública de estado, de caráter contínuo, a previdência representa a ação do governo com efetividade para o beneficiário. A renda da aposentadoria torna possível a sobrevivência.

"[...]agora to vivendo aqui porque so aposentada, Graças a Deus né! Porque depois que me aposentei enriquei né?!. Hoje em dia posso dizer que sou rica, a vista do que a gente vivia né?!"

"[...]Se não fosse o aposento morria dois ou três véi por semana aqui"

Pelos resultados quantitativos e qualitativos apresentados é possível concluir que a previdência rural influencia significativamente na vida dos idosos rurais da Comunidade do Vale do Catimbau. Trata-se de uma região comum a muitas do nordeste brasileiro e talvez represente a situação de outras regiões com grande concentração de pobreza nas demais regiões do país.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da revolução industrial, em que pesem os avanços tecnológicos e sociais trazidos, políticas públicas se tornaram essenciais para aqueles que sem o aparato estatal não sobreviveriam. Os desempregados e os mais idosos estão entre estes. Os atendimentos destas necessidades basearam-se nas garantias previstas pela Seguridade Social.

Inserida no rol de Direitos Humanos a previdência desempenha um papel precursor na sobrevivência das pessoas idosas, já que o envelhecimento as colocam em situação de vulnerabilidade social, impossibilitando-a muitas vezes de trabalhar.

No caso particular brasileiro onde é expressiva a desigualdade de renda, a situação dos que perdem a capacidade laboral é mais gritante. As precárias condições dos agricultores familiares do nordeste brasileiro revelam-se mais graves ainda. Desta forma, a presente pesquisa buscou identificar e mensurar quais foram os impactos propiciados nas condições de vida das famílias após o recebimento do benefício de aposentadoria rural. Além disso, também buscou identificar questões relacionadas ao bem-estar antes e depois do recebimento do benefício.

O alemão Otto Von Bismarck foi o precursor na concessão de benefícios previdenciários no mundo. A partir de pressões da classe trabalhadora instituiu em 1883 o modelo Bismarckiano, norteia-se pelo risco do trabalhador quando este perde momentaneamente ou permanentemente a capacidade laborativa.

Em decorrência dos vultuosos riscos ofertados aos trabalhadores pela revolução industrial, surge em 1943 na Inglaterra o Modelo Beveridgiano, voltado a universalização de direitos, ou seja, para todos aqueles que deles necessitarem, devem os receber, independente de contribuição, de forma a garantir-lhes o mínimo para a sua sobrevivência. Os princípios beveridgianos foram apenas introduzidos no rol de benefícios previdenciários do Brasil a partir C.F de 1988. No caso dos benefícios concedidos aos trabalhadores rurais, a regulamentação se deu em 1991 através das Leis n 8.212 e 8.213.

Após avanços significativos em prol dos trabalhadores, quanto às questões previdenciárias, na conjuntura política, social e econômica do Brasil, a temática da previdência está na pauta de discussões mais relevantes, pois para muitos esta precisa passar por reformas estruturantes, já que indicadores

quantitativos evidenciam um desequilíbrio financeiro das políticas previdenciárias, em especial a rural. Tais reformas alterariam suas bases, o que denota mudanças complexas e trazem controvérsias para os especialistas de diversas áreas, já que possuem inúmeros benefícios e malefícios para a população que se encontra em faixa de idade laboral.

Dentre os principais resultados desta pesquisa destacaram-se: 1) O recebimento do benefício pelos idosos revelou uma estabilidade emocional, devido a renda regular e estável. Esta nova condição garante a sua sobrevivência e por vezes a de sua família, já que há um número elevado de dependentes diretos e indiretos. 2) As mulheres foram maioria das entrevistadas, e como recebem o benefício mais cedo que o homem, trouxe-lhes certa independência. 3) A partir do recebimento do benefício, os idosos passam a exercer o papel de principal provedor dos meios de subsistência da família, apresentando consumo de bens duráveis como eletroeletrônicos e mobília. 4) Satisfação pessoal em poder receber o benefício, o que trouxe inserção social 5) O consumo de bens duráveis foi bem significativo, dada a mensuração através do Indicador de Impacto de Consumo de Bens Duráveis (IICBD), revelou-se como predominantes a aquisição de itens de mobília e eletroeletrônicos. Já em relação aos bens de consumo não duráveis, os alimentos foram o mais consumidos. E quanto aos serviços, os relacionados aos cuidados com a saúde, como exames e consultas, foram os mais utilizados.

Os dados coletados na pesquisa, a partir das falas dos beneficiários, atestam que a agricultura familiar na região do Vale do Catimbau dispõe de condições desfavoráveis para o seu desenvolvimento, devido a estiagem por longos períodos, que ocasionam a seca. Esta situação acaba trazendo elevada expectativa, nos agricultores e seus familiares, em relação ao recebimento do benefício de aposentadoria, pois nela eles vêem a possibilidade de viver em condições melhores.

Embora a pesquisa tenha sido de caráter exploratória revela certa tendência a ser verificada por uma pesquisa mais ampla. A falta de recursos financeiros em apoio ao estudo trouxe certos limites. Todavia, tem-se como inovador o fato de poder aferir os resultados por meio de três formas distintas de coleta de dados: grupo focal oferecendo suporte a entrevistas individuais com estas trazendo questões fechadas e abertas, trazendo a possibilidade de aprofundamento dos resultados.

É possível identificar que a principal, e para muitos, a única fonte de renda é a oriunda do benefício previdenciário, ou seja, não há outra política pública de maior relevo que este público se beneficie para melhorar as condições de sobrevivência sua e de sua família, lhes restando apenas continuar trabalhando para complementar a renda se assim desejar e puder.

De forma geral, o que se teve como resultado da pesquisa em questão é que a previdência rural apresenta extrema relevância às populações rurais após os impactos do recebimento dos benefícios na vida dos idosos e na sua família. Estes representam meios de garantir a sobrevivência das famílias, além de fomentar o crescimento da comunidade e região, já que as condições de vida são precárias e ainda agravadas pela escassez de oportunidades de geração de ocupação renda no local.

Propugna-se que as instituições voltadas a pesquisas no país intensifiquem os trabalhos voltados a obtenção de dados e análises quantitativas e qualitativas, com periodicidade continua sobre a política de previdência rural no país. Isso facilitaria a avaliação e análise da efetividade dessa política, já que apenas indicadores monetários não podem ser considerados suficientes. Dado ao caráter universalista, a previdência, enquanto um dos pilares da seguridade social é válido a garantia dos direitos já conquistados para o trabalhador rural, pois como um direito humano, a previdência não pode ser excludente a categorias de trabalhadores sujeitas a inúmeras vulnerabilidades.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Francisco José B.; LOBO, Alexandre Lucena; RAYMUNDO, Jorge da Silva. **Análise das repercussões psicossociais decorrentes da concessão de benefícios rurais**. *Psicol. Reflex. Crit.*, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 503-519, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79721999000200016&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26 mai. 2016.
- AQUINO, Joacir Rufino.; SOUZA, Ronie Cléber de. **Impactos socioeconômicos da previdência rural no Brasil: um estudo de caso no município de Encanto/RN**. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIEDADE RURAL, 45. 2007, Londrina. Anais... Londrina, 2007. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/6/663>>. Acesso em: 11 abr. 2016.
- ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL 2010. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Fundação João Pinheiro. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/buique_pe>. Acesso em: 13 mai. 2016.
- BARBOUR, Rosaline. **Grupos Focais: Coleção Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Ed. 70, 1977. 230 p.
- BEHRING, Elaine Rossetti. **Fundamentos de Política Social. Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, p. 13-39, 2006. Disponível em: <http://www.sbfa.org.br/fnepas/pdf/servico_social_saude/texto1-1.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2016.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 5. ed. V. 2. São Paulo: Cortez, 2008.
- BENNIS, Warren. Prefácio. In: MASLOW, Abraham Harold. **Maslow no gerenciamento**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000.
- BIOLCHI, Marilza A. SCHNEIDER, Sergio. **A previdência social e seus impactos sociais e econômicos no meio rural do Rio Grande do Sul**. *Revista Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v. 30, n. 4, p. 27-42, 2003. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/1429/1793>>. Acesso em: 18 abr. 2016.
- BOSCHETTI, Ivanete. **Seguridade social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação**. Disponível em: <http://portal.saude.pe.gov.br/sites/portal.saude.pe.gov.br/files/seguridade_social_no_brasil_conquistas_e_limites_a_sua_efetivacao_-_boschetti.pdf>. Acesso em: 06 mai. 17.

BRASIL. **Boletim Estatístico da Previdência Social. Março/2016**. Ministério do Trabalho e Previdência Social. Volume 21, nº 03. Disponível em: <http://www.mtps.gov.br/dados-abertos/dados-da-previdencia/previdencia-social-e-inss/boletim-estatistico-da-previdencia-social-beps/item/download/6374_d54c60f7c7c4950ac0ca42b9e857b91d>. Acesso em 13 mai. 2016.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 13 mai. 2016.

_____. **Arrecadação e benefícios emitidos pela previdência social nos municípios brasileiros. Ano 2015**. Ministério do Trabalho e Previdência Social. Disponível em: <<http://www.mtps.gov.br/dados-abertos/dados-da-previdencia/previdencia-social-e-inss/previdencia-estatistica-por-municipio/estatisticas-municipais-2014>>. Acesso em: 16 mai. 2016.

BRUMER, Anita. **Previdência social rural e gênero**. Sociologias, Porto Alegre, n. 7. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n7/a03n7.pdf>> Acesso em: 22 mai. 2016.

CARDOSO JR, José Celso. **Principais resultados da pesquisa domiciliar sobre a previdência rural na região sul do Brasil (projeto avaliação socioeconômica da previdência social rural)**. Brasília: IPEA, 2000. (Texto para Discussão, 734).

CHIES, Cláudia; ROCHA, Márcio Mendes. **Impactos da aposentadoria rural especial como política pública para a agricultura familiar**. Geosaberes, Fortaleza, v. 6, número especial (1), p. 123 – 137, outubro. 2015. Disponível em <<http://www.geosaberes.ufc.br/seer/index.php/geosaberes/article/viewFile/370/290>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

DELGADO, Guilherme C.; CARDOSO JUNIOR, José Celso. **Universalização de Direitos Sociais no Brasil: o Caso da Previdência Rural nos Anos 90**. Brasília: IPEA, 1990. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=4830&Itemid=357>. Acesso em: 23 mai. 2016.

DELGADO, Guilherme C.; CARDOSO JR, José Celso. **O idoso e a previdência rural no Brasil: a experiência recente da universalização**. 1999. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2834>>. Acesso em: 23 jan 2016.

DE PÁDUA, Andréia Aparecida da Silva; COSTA, Eliane Romeiro. Políticas Públicas de Previdência e Assistência Social ao Idoso. **Estudos**, v. 34, n. 3, p. 305-317, 2007. Disponível em: <<http://seer.ucg.br/index.php/estudos/article/viewFile/326/265>>. Acesso em: 18 mai. 2016.

FERREIRA, Carlos Roberto; SOUZA, Solange de Cássia Inforzato de. **As aposentadorias e pensões e a concentração dos rendimentos domiciliares per capita no Brasil e na sua área rural: 1981 a 2003**. Rev. Econ. Sociol. Rural [online]. 2007, vol.45, n.4, pp.985-1011. ISSN 1806-9479. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032007000400008>>. Acesso em: 18 mai. 2016.

FRANÇA, A. S. **A Previdência Social e a Economia dos Municípios**. 5ª ed. Brasília: ANFIP, 2004. Disponível em:<<http://www1.previdencia.gov.br/docs/pdf/introducao.pdf>>. Acesso em: 13 mai. 2016.

GALINDO, O. & IRMÃO, J. F. **A Previdência Rural e a recuperação econômica e social das famílias no Nordeste**. In: DELGADO, G. & CARDOSO Jr., J. C. (Orgs.). A universalização de direitos sociais no Brasil: a Previdência Rural nos anos 90. 2. ed. Brasília: IPEA, 2003. p. 165-186.

GATTI, Angelina Bernadete. **Grupo Focal na Pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Série Pesquisa v.10. Brasília: Liber Livro, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, G. M. Velhas secas em novos sertões: continuidade e mudanças na economia do semi-árido e dos cerrados nordestinos. Brasília: Ipea, 2001

HAMASAKI, Cláudia Satie. **Programas de Garantia de Renda Mínima no Brasil: Análise do Impacto das Transferências de Renda sobre a Pobreza**. 2003. 201 f. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2003. Disponível em:<<http://www.liber.ufpe.br/teses/arquivo/20040824150823.pdf>>. Acesso em: 08 abr. 2016.

INSTITUTO DE BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS - IBGE. **Estimativas populacionais para os municípios e para as Unidades da Federação brasileiros em 01.07.2015**. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2015/estimativa_dou_2015_20150915.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2016.

INSTITUTO NACIONAL DO SEMIÁRIDO-INSA. Disponível em: <http://www.insa.gov.br/censosab/index.php?option=com_content&view=article&id=94&Itemid=93>. Acesso em: 6 jun. 2016

KRETER, Ana Cecília; BACHA, Carlos José Caetano. **Avaliação da equidade da Previdência no meio rural do Brasil**. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 44, n. 3, p. 467-502, 2006. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032006000300006>. Acesso em: 14 jun. 2016.

KRETER, Ana Cecília. **A previdência rural e a condição da mulher**. Revista Gênero, v. 5, n. 2, 2013. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/viewFile/389/29>>. Acesso em: 02 jan. 2016.

KIND, Luciana. **Notas para o trabalho com a técnica de grupos focais/Notes for the work with focus group technique**. Psicologia em Revista, v. 10, n. 15, p. 124-138, 2008. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/viewArticle/202>>. Acesso em: 13 mai.2016.

LAVINAS, Lena et al. **Combinando compensatório e redistributivo: o desafio das políticas sociais no Brasil**. 2000. Disponível em: <<http://empreende.org.br/pdf/Programas%20e%20Pol%C3%ADticas%20Sociais/O%20desafio%20das%20pol%C3%ADticas%20sociais%20no%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 28 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

OLIVEIRA, Francisco Eduardo Barreto de; BELTRÃO, Kaizô Iwakami; FERREIRA, Mônica Guerra. **Reforma da previdência**. 1997. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/desenvolvimentorural/textos/artigo%20uergs%20Michelle.pdf>>. Acesso em: 06 mai. 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. **As Boas Práticas Brasileiras em Seguridade Social**. v. 1. Brasília: OIT, 2012. 143p.

QUEIROZ, Bernardo Lanza. **Os impactos da previdência rural na oferta de trabalho e nas condições de vida do setor rural no Brasil**. Coleção Previdência Social. v. 27. Brasília, DF. 2008.

RAMOS, Marília Patta. AREND. Silvio Cezar. **O impacto da reforma da previdência social rural brasileira nos arranjos familiares: uma análise para entender a composição dos domicílios dado o aumento da renda dos idosos**. R. bras. Est. Pop., Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 67-86, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v29n1/v29n1a05.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

SCHWARZER, H. **Previdência rural e combate à pobreza no Brasil – Resultados de um estudo de caso no Pará**. Estudos Sociedade e Agricultura, n.14, abril 2000, p. 72-102. Disponível em: <<http://r1.ufrjr.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/169/165>>. Acesso em: 13 mar. 2016.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: Conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.188 p.

SILVA, Luiz Mariano da Silva; LOPES, Tatiana de Santana. **Efeitos da Previdência Social Sobre a Desigualdade e a Pobreza Rural no Nordeste: Uma Análise da Decomposição do Índice de Gini**. VI. 40. nº 01. Jan-mar 2009. Disponível em:<http://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1123>. Acesso em: 22 mar. 2016.

SIQUEIRA, Sandra Aparecida Venâncio de. **A previdência rural e o benefício de prestação continuada na proteção social ao idoso brasileiro: Uma análise das mudanças institucionais na década de 1990**. Tese (Doutorado em Ciências) – Fundação Oswaldo Cruz Escola Nacional de Saúde Pública Professor Sérgio Arouca. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em:<<file:///C:/Users/TITA/Downloads/872-siqueirasavm.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16> >. Acesso em: 02 abr. 2016.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008. 288p. (Série Métodos de Pesquisa).

VALADARES, Alexandre Arbex; GALIZA, Marcelo. **Previdência rural: contextualizando o debate em torno do financiamento e das regras de acesso**. 2016. Disponível em:<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160525_nt_25.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2016.

VIANNA, Maria Lucia Teixeira Werneck. **Em torno do conceito de política social: notas introdutórias**. 2002. Disponível em:<<http://antigo.enap.gov.br/downloads/ec43ea4fMariaLucia1.pdf>>. Acesso em: 06 jun. 2016.

VIRGILLITO, Salvatore Benito. **Pesquisa de Marketing: Uma abordagem Quantitativa e Qualitativa**. São Paulo: Saraiva, 2010.

APENDICE A - Valor dos bens adquiridos em real por categoria e total

Categoria de Bens Duráveis	Valor do Bem em R\$
Eletroeletrônicos	
Televisão	500,00
Antena Parabólica	300,00
Geladeira	800,00
Fogão	280,00
Máquina de Lavar Roupas (Tanguinho)	500,00
Forno Microondas	300,00
Celular	200,00
Máquina de Costura	300,00
Outros**	
Aparelho de Som	300,00
Total	3.480,00
Móveis	
Cama	500,00
Guarda-roupa	500,00
Sofá	700,00
Estante	300,00
Mesa	300,00
Armários	300,00
Total	2.600,00
Meios de Transporte	
Bicicleta	400,00
Carro	20.000,00
Moto	-
Total	20.400,00
Total Geral de Bens	26.480,00

APÊNDICE B – Formulários Aplicados na Pesquisa de Campo

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO

Você está sendo convidado para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado de forma alguma. Em caso de dúvida você pode procurar o Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal Rural de Pernambuco pelos telefones (81) 3022-6061.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: Impactos da política de previdência social rural na vida dos aposentados da Comunidade do Vale do Catimbau em Buíque/PE.

Pesquisador Responsável: Letícia Alves de Melo. Telefones para contato: (81) 9.9979-9979

Objetivos - A pesquisa objetiva investigar quais os impactos da política de previdência social rural na vida das famílias com aposentados da Comunidade do Vale do Catimbau em Buíque/PE.

- ✓ Após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), em duas vias, os dados serão coletados através de entrevista com dados sócio-econômicos-demográficos e abordando temas relacionados às relações familiares, ocupações, condições econômicas.
- ✓ As informações serão analisadas com base em outras investigações e marcos teóricos e comporão o texto de dissertação de mestrado de Letícia Alves de Melo.

- ✓ O trabalho final será divulgado em revistas científicas e congressos e poderá também colaborar com novos estudos para instituições acadêmicas, de pesquisas e instituições relacionadas ao aperfeiçoamento e implantação de políticas sociais.
- ✓ Este trabalho não representa nenhum risco para você. No entanto, se você se sentir desconfortável por qualquer motivo, você poderá interromper suas respostas. Adicionalmente, em qualquer etapa do estudo você terá acesso ao profissional responsável pela pesquisa para esclarecimentos de eventuais dúvidas.
- ✓ Sua participação é voluntária e sua recusa não envolverá qualquer penalidade. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.
- ✓ Você foi selecionado para participar desta pesquisa por acessibilidade.
- ✓ É garantida a liberdade da retirada de seu consentimento a qualquer momento, deixando de participar deste estudo, sem qualquer prejuízo.
- ✓ Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa e o material armazenado em local seguro.
- ✓ A entrevista levará em média 50 minutos para ser respondido. E a sua participação consistirá em responder perguntas de um roteiro de entrevista à pesquisadora do projeto. A entrevista somente será gravada se houver autorização do(a) entrevistado(a)”

Assinatura do(a) pesquisador(a): _____

Buíque (PE), _____/_____/_____

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO

Eu,

_____ ,
 abaixo assinado, concordo em participar como sujeito da pesquisa Impactos da Política de Previdência Social Rural em Comunidades: O Caso do Vale do Catimbau-PE. Fui devidamente informado e esclarecido pela pesquisadora Letícia Alves de Melo sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Buíque/PE _____/_____/2016

Nome do participante:

Assinatura do participante:

Em relação a gravação de áudio/imagem:

() Autorizo () Não autorizo

Digital

Presenciei a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do sujeito em participar da pesquisa Impactos da Política de Previdência Social Impactos da Política de Previdência Social em Comunidades: O Caso do Vale do Catimbau-PE.

1.Nome da testemunha: _____

Assinatura: _____

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Prezado(a) Senhor(a),

Este trabalho faz parte de uma pesquisa sobre opiniões relacionada a aposentadoria rural. Gostaríamos de contar com sua colaboração respondendo sinceramente às questões abaixo. Não há respostas certas ou erradas. Vamos evitar que nenhuma questão fique sem resposta. Em caso de dúvida, me peça para repetir ou esclarecer. Gostaria de sua identificação, mas saiba que nosso interesse não se dirige ao conhecimento dos indivíduos, mas do grupo de aposentados moradores da comunidade. Deste modo, ficará totalmente respeitado o sigilo de suas informações individuais. Agradecemos sua colaboração.

Buíque, _____ de _____ de 2016.

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Formulário nº _____

Ex.:E1

BLOCO 1- IDENTIFICAÇÃO DO FORMULÁRIO

Entrevistador: _____ Data da visita: ____/____/2016.

Horário de início: ____:____ Horário de término: ____:____

OBJETIVO 1 – IDENTIFICAR O PERFIL SÓCIO-ECONOMICO DAS FAMÍLIAS

BLOCO 2- IDENTIFICAÇÃO DO BENEFICIÁRIO

Nome: _____

Sexo: () Feminino () Masculino

Idade: _____ anos

Estado civil: () Casado () Viúvo () Divorciado/Separado () Solteiro () outros

1. Quantos filhos tem?

2. Quantos filhos moram com o/a Sr.(a)? _____

3. Quantos moram próximo e frequentemente ficam na sua casa? _____

4. Recebe alguma contribuição?

() sim

() não

5. De que fontes?

() Governo

() ONG

() Familiares

() Amigos

() Outros. Especifique: _____

6. Qual o tipo de contribuição?

a)() Bens de consumo. Frequência: () dia. () Sem. () Men. () Anu.

b)() Serviços. Frequência: () dia. () Sem. () Men. () Anu.

- c) () Valor Em espécie. Qual a média: _____.
Frequência: () dia. () Sem. () Men. () Anu.
d) Outros. Especifique:
-

BLOCO 3 - DADOS DA FAMILIA

Existe na família alguma outra pessoa que recebe benefício de aposentadoria?

- () Não (pule para a questão 11)
() Sim

Se respondeu positivamente o item anterior informe o grau de parentesco com o beneficiário:

- () Esposo(a)
() Filho(a)
() Pai ou Mãe
() Parentes ou afins
() Agregados
() Outros. Especifique: _____

OBJETIVO 2 – VERIFICAR OS IMPACTOS DA PREVIDÊNCIA RURAL PARA AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

BLOCO 4 -DESTINAÇÃO DA RENDA

1 Acesso a Bens de Consumo duráveis

7. Consumo de Bens duráveis.

Bens de Consumo					
11.1 Eletrodomésticos	Descrição	Antes (Qtde)	Tipo	Depois (Qtde)	Tipo
	Televisão	() ()		() ()	
	Antena Parabólica	() ()		() ()	
	Geladeira	() ()		() ()	
	Fogão	() ()		() ()	
	Computador	() ()		() ()	
	Máquina de Lavar Roupas	() ()		() ()	
	Forno Microondas	() ()		() ()	
	Celular	() ()		() ()	
	Máquina de Costura	() ()		() ()	
	Outros	() ()		() ()	
11.2 Móveis					
	Cama	() ()		() ()	
	Guarda roupa	() ()		() ()	
	Sofá	() ()		() ()	
	Estante	() ()		() ()	
	Mesa	() ()		() ()	
	Armários	() ()		() ()	
	Outros	() ()		() ()	
11.3 Meios de Transporte	Descrição	Antes (Qtde)	Tipo	Depois (Qtde)	Tipo
	Bicicleta	() ()		() ()	
	Carro	() ()		() ()	
	Moto	() ()		() ()	

2 Consumo de Bens Não duráveis

8. Depois da aposentadoria você passou a comprar:

a) Alimentos de que tipo:

(Ex. Carnes, Queijo, Biscoito, Iorgute, etc.)

b) Medicamentos de que tipo: _____

(Ex. Controlado para pressão, hipertensão, etc.)

c) Material de higiene pessoal/cosméticos de que tipo:

_____ (Ex. Xampu, Creme, Perfume, Tintura de Cabelo, etc.)

d) Material de limpeza de que tipo:

(Ex. Detergente em pó, amaciante, etc.)

e) Itens de roupa e calçado de que tipo:

f) Acessórios de que tipo:

(Ex. Relógio, Bijuterias, Mochilas, etc.)

3 Condições de moradia.

9. Sua moradia

Tipo	Descrição	Antes	Depois
	Rural	()	()
	Urbana	()	()
	Própria	()	()
	Alugada	()	()
	Cedida	()	()
	Outros. Especifique	()	()

4 Serviços

10. Serviços particulares utilizados:

Tipo	Descrição	Antes	Depois
Saúde	Médico	()	()
	Dentista	()	()
	Laboratórios (exames)	()	()
Lazer	Viagens		
Cuidados Pessoais	Cabelereiro		
	Outros. Especifique	()	()

OBJETIVO 3 – ANALISAR A INFLUÊNCIA DA PREVIDÊNCIA RURAL NO BEM-ESTAR DOS BENEFICIÁRIOS (Aspectos Qualitativos de bem-estar)**Bloco 5: Condições de sobrevivência**

11 Como era/é sobreviver?

FAZ POR OCORRÊNCIA (QUANTITATIVA) E QUALITATIVA.

Descrição	Antes	Depois
Ruim	()	()
Bom	()	()
Razoável	()	()
Excelente	()	()
	()	()
Especifique:		

Por fim, agradeço a sua colaboração com esta pesquisa de mestrado.

APENDICE C – Descrição do Consumo de Bens Não Duráveis por Respondente

Respondente	Alimentos	Medicamento	Itens de higiene pessoal/cosméticos	Material de limpeza	Itens de roupa e calçados	Acessórios
1	-	-	-	-	-	-
2	Lanches para os filhos (Biscoitos, salgadinhos,..)	Pressão, Diabetes	Perfumes creme.		Roupas e Calçados	
3	-	-	-	-	-	-
4	Alimentos específicos para dieta, alimentos integrais (tipo aveia, leite desnatado,...)	Gastrite	Mais itens		Roupa e calçados (Mais e melhores)	
5	Mais coisas diferentes	Próprio uso			Roupa e calçados	
6	Alimentação					
7	(Mais quantidade) Básico e carnes. (antes comprava tipo 1 copo de óleo e 1 copo de sabão)	Medicamento pra dor (Diclofenaco)	Xampu, creme, perfume	Detergente líquido, sabão em pó	Roupas e calçados	
8	Outros Alimentos (Frutas, Carnes, Arroz)	Remédio de Diabetes e colesterol			Roupas e calçados	
9	-	-	-	-	-	-
10	Tudo de Dieta	Colesterol e Triglicéridos			Roupas e calçados	
11	alimento	remédio			Roupa e calçados	
12	Outros Alimentos (Queijo, Feijão, Arroz, Macarrão, Frutas.)					
13	-	-	-	-	-	-
14	Outros Alimentos (Carnes, Queijo, Biscoito e logurte)	Controlados			As vezes roupas e calçados	Enfeites de casa
15						
16	Mais alimentos				roupas e calçados	

17	Carne e Queijo					roupas e calçados	
18	Mais comida						
19	Mesma Coisa						
20	Itens Integrais para regime		Creme, Xampu, Perfume	Detergente em pó, amaciante		roupas e calçados	
21						roupas e calçados simples	
22	Mais alimentos e outros tipos		Perfume, creme			roupas e calçados	Panelas
23	Mais comida					roupas e calçados	
24	-	-	-	-	-	-	-
25	-	-	-	-	-	-	-
26			Perfume, Creme			roupas e calçados	
27	-	-	-	-	-	-	-
28	Mais alimentos	Remédios pois sofreu derrame					
29	Mais alimentos	Remédios				roupas e calçados	
30	-	-	-	-	-	-	-
31	-	-	-	-	-	-	-
32	Mais e melhores alimentos						
33	Alimentos para o mês	Remédio de pressão e colesterol	Perfume			Roupas e calçados mais e melhores	
34	Básico	Remédio de pressão e Diabetes				Não dá	
35	-	-	-	-	-	-	-
36	Mais alimentos					Roupa e Calçados	
37	Mais alimentos						
38	Mais Comida					Roupa e Calçados	
39	Mais alimentos Mais variedades						
40	Mais comida		Os próprios remédios	Xampu, Creme, Perfume		Roupas e Calçados	

APÊNDICE D – Quantitativo do consumo de bens não duráveis por respondente

Respondente	Alimentos	Remédio	Material de higiene pessoal/cosméticos	Material de limpeza	Itens de roupa e calçado	Acessórios
1	-	-	-	-	-	-
2	1	1	1		1	
3	-	-	-	-	-	-
4	1	1	1		1	
5	1	1			1	
6	1					
7	1	1	1	1	1	
8	1	1			1	
9	-	-	-	-	-	-
10	1	1			1	
11	1	1			1	
12	1					
13	-	-	-	-	-	-
14	1	1			1	Enfeites de casa
15						
16	1				1	
17	1				1	
18	1					
19	1					
20	1		1	1	1	
21					1	
22	1		1		1	Panelas
23	1				1	
24	-	-	-	-	-	-
25	-	-	-	-	-	-
26			1		1	
27	-	-	-	-	-	-
28	1	1				
29	1	Remédios			1	
30	-	-	-	-	-	-
31	-	-	-	-	-	-
32	1					
33	1	1	1		1	
34	1	1			Não dá	
35	-	-	-	-	-	-
36	1				1	
37	1					
38	1				1	
39	1					
40	1		1	1	1	

APENDICE E - Situação comparativa e percepção dos respondentes após recebimento dos benefícios

Respon dente	Antes			Depois		
	Situação	Codificação das falas	Categorias	Situação	Codificação das falas	Categorias
1	Ruim	Não tinha dinheiro certo.	- Instabilidade financeira	Excelente	Porque sabe que vai ter.	- Estabilidade financeira
2	Ruim	Não tinha dinheiro certo para o que queria.	- Instabilidade financeira	Bom	Já pode fazer uma prestação.	- Acesso ao crédito
3	Bom	Não tinha salário.	- Instabilidade financeira	Excelente	Depois passou a ter o certo (fixo).	- Estabilidade financeira
4	Ruim	Não tinha chuva, nem ajuda do governo e não tinha salário.	- Instabilidade financeira - Instabilidade da produção agropecuária - Maior dependência de políticas públicas	Excelente	Tem o dinheiro certo, pode fazer exame.	- Estabilidade financeira - Cuidados com a saúde
5	Ruim	Trabalhava alugado, ganhava muito pouco, R\$25,00 por semana.	- Renda ínfima - Trabalho precário	Bom	Certinho todo mês.	- Estabilidade financeira
6	Ruim	Não tinha nada, nem o que comer direito, um ovo para oito pessoas.	- Escassez de alimentos	Bom	Pode comprar o que comer.	- Segurança alimentar
7	Bom	Trabalhava, às vezes não tinha nada e via os outros ter as coisas.	- Trabalho precário - Desejo de consumo	Excelente	Consegue comprar as coisas, o alimento certo.	- Estabilidade financeira - Segurança alimentar
8	Ruim	Não tinha serviço na roça para trabalhar.	- Poucas oportunidades de trabalho	Excelente	Tem o dinheiro todo mês e compra o que quer.	- Estabilidade financeira
9	Bom	Mas não tinha salário certo.	- Instabilidade financeira	Excelente	Já sabe que vai ter dinheiro para pagar.	- Estabilidade financeira - Acesso ao crédito
10	Ruim	Era difícil, não dava para comprar coisa	- Instabilidade financeira	Bom	Pode comprar verduras e carnes e de regime para	- Segurança alimentar

		cara, vivia de seguro safra e bolsa família.	- Renda ínfima - Maior dependência de políticas públicas		comer.	
11	Ruim	Alugada era pouco e não tinha valor certo.	- Instabilidade financeira - Renda ínfima	Bom	Pode cuidar da saúde, porque tem a renda certa.	- Estabilidade financeira
12	Ruim	Não pegava em dinheiro por conta da seca.	- Instabilidade da produção agropecuária	Excelente	Tem o dinheiro todo mês e compra a feira e os remédios.	- Estabilidade financeira - Segurança alimentar
13	Bom	Porque podia trabalhar mais.	- Melhores condições de saúde	Sem resposta	Sem resposta	- Indiferença
14	Ruim	O dinheiro não dava para alimentar a família e tinha que pagar empréstimo.	- Instabilidade financeira - Desequilíbrio financeiro	Bom	Da para fazer a feirinha e ajudar os filhos. Não precisa mais de empréstimo.	- Estabilidade financeira - Possibilidade de ajudar a família
15	Ruim	Porque o tempo não favorecia, não conseguia se vendesse.	- Instabilidade da produção agropecuária	Bom	Só tem ele e dá para comprar as coisinhas.	- Estabilidade financeira
16	Bom	Não tinha renda certa, era alugada.	- Instabilidade financeira - Renda ínfima	Excelente	Certeza que recebe.	- Estabilidade financeira
17	Ruim	Tinha que trabalhar, e não arrumava dinheiro para comprar o que necessitava, não tinha, não vendia.	- Renda ínfima	Razoável	Tem o dinheiro certo todo mês.	- Estabilidade financeira
18	Ruim	Era difícil, trabalhava alugada, não tinha certo.	- Instabilidade financeira	Bom	Certeza que vai receber.	- Estabilidade financeira
19	Bom	Sempre trabalhava, só que as vezes não ganhava nada.	- Instabilidade financeira - Renda ínfima	Bom	Do mesmo jeito tudo, sempre trabalhava.	- Indiferença
20	Razoável	Faltava as coisas, o dinheiro era pouco.	- Instabilidade financeira - Renda ínfima	Excelente	Pode comprar o que precisa.	- Estabilidade financeira
21	Ruim	As oportunidades de trabalho eram difíceis.	- Renda ínfima	Excelente	Tem dinheiro certo.	- Estabilidade financeira

		Na roça trabalha, trabalha, mas as vezes perde				
22	Ruim	Queria ter as coisas, comprar e não podia, embora tenha saúde.	- Instabilidade financeira - Melhores condições de saúde	Bom	Tem o dinheiro certo, tem mais crédito.	- Estabilidade financeira - Acesso ao crédito
23	Ruim	Não tinha dinheiro.	- Instabilidade financeira	Bom	Tem dinheiro, pode comprar coisas.	- Estabilidade financeira
24	Razoável	Tinha que procurar oportunidades, mais nem sempre ganhava.	- Poucas oportunidades de trabalho	Bom	Tem seu dinheiro, e pode cuidar da casa, da filha criança.	- Estabilidade financeira
25	Bom	Sem reposta	-	Bom	Sem resposta	- Indiferença
26	Ruim	Catava Mamona e não ganhava dinheiro certo	- Instabilidade financeira	Excelente	Tem seu tostão e pode comprar suas coisas	- Estabilidade financeira
27	Razoável	Não tinha o dinheiro certo	- Instabilidade financeira	Bom	Tem o dinheiro certo	- Estabilidade financeira
28	Bom	Tinha saúde, trabalhava e passeava.	- Melhores condições de saúde	Razoável	Muito remédio e pouco dinheiro.	- Renda insuficiente - Efetivar despesas com saúde
29	Razoável	Passava mais dificuldades.	- Sobrevivência Precária	Excelente	Tem o dinheiro certo	- Estabilidade financeira
30	Razoável	Sofria mais, porque tinha que trabalhar mais.	- Maior necessidade de trabalhar	Excelente	Trabalha menos.	- Possibilidade de Descanso
31	Não tinha diferença.	Trabalhava muito.	- Maior necessidade de trabalhar	Bom	Tem dia certo, certeza que vai receber.	- Estabilidade financeira
32	Ruim	Não arrumava um trocado fácil, era difícil.	- Instabilidade financeira - Renda ínfima	Bom	Com dinheirinho todo mês ficou mais fácil.	- Estabilidade financeira
33	Ruim	Não pegava em dinheiro, espera o marido dá.	- Dependência financeira de parentes	Bom	Pode ajudar o marido, pode comprar coisas.	- Estabilidade financeira - Possibilidade de ajudar a família
34	Razoável	Trabalhava alugado conseguia apenas a bóia.	- Instabilidade da produção agropecuária - Renda ínfima	Excelente	Se não fosse ele morreria de fome, não podia trabalhar como antes.	- Segurança alimentar
35	Razoável	Mais dificuldade, tinha	- Necessidade de	Bom	Tem mais certo e todo mês	- Estabilidade financeira

		que trabalhar.	trabalhar		tem.	
36	Ruim	Não tinha o dinheiro.	- Instabilidade financeira	Bom	Tem dinheiro.	- Estabilidade financeira
37	Ruim	Trabalhava muito.	- Maior necessidade de trabalhar	Bom	Tem dinheiro certo, porque a seca não ajuda, e pode alimentar os bichos.	- Criação de animais - Estabilidade financeira
38	Razoável	Ganhava pouco e trabalhava muito.	- Renda ínfima	Bom	Tem o salário, dá para se manter e ajudar o filho, mesmo ainda trabalhando, porque gosta e não que precise.	- Estabilidade financeira - Possibilidade de ajudar a família
39	Ruim	Não dava para comprar o necessário.	- Renda ínfima	Bom	Nunca mais faltou a bóia.	- Segurança alimentar
40	Razoável	O dinheiro era pouco não dava para comprar as coisas que queria algo diferente.	- Instabilidade financeira - Renda ínfima	Excelente	Pode comprar as coisas que quer	- Estabilidade financeira

APENDICE F – Dimensões das Categorias de Análise relativas a Influência do benefício no Bem-Estar dos beneficiários

Dimensões (Síntese das Categorias)	
Situação Antes	Situação Depois
- Instabilidade financeira (19)	- Estabilidade financeira (30)
- Renda Ínfima (12)	- Acesso ao crédito (3)
- Maior dependência de Políticas Públicas (2)	- Indiferença (3)
- Maior necessidade de trabalhar (3)	- Possibilidade de ajudar a família (3)
- Instabilidade da produção agropecuária (4)	- Segurança alimentar (6)
- Melhores condições de saúde (3)	- Criação de animais (1)
- Sobrevivência precária (1)	- Renda insuficiente (1)
- Poucas oportunidades de trabalho (2)	- Efetivar despesas com saúde (1)
- Desejo de Consumo (1)	- Possibilidade de descanso (1)
- Necessidade de trabalhar (1)	- Cuidados com a saúde (2)
- Dependência Financeira de parentes (1)	
- Desequilíbrio financeiro (1)	
- Escassez de alimento (1)	
- Trabalho precário (2)	

APENDICE G – Memorando da Situação antes do Recebimento do benefício

Observa-se algumas categorias em relação a situação anterior ao recebimento do benefício, as quais serão individualmente discutidas no tópico seguinte.

- **Instabilidade financeira** – É representada pela ausência do recebimento de uma renda periódica assegurada, o que pode ser decorrente de ausência de trabalho regular e ainda de participação em políticas públicas com benefícios descontínuos.

- **Maior Dependência de políticas públicas**– As políticas públicas para os agricultores da região que trabalhavam em regime de produção familiar eram reduzidas, e muitos agricultores ficavam de fora. Diante da seca, predominante em regiões semiáridas, a dependência de políticas públicas para o campo é intensa. Com períodos de chuva reduzidos, a seca predomina nessa região, castigando os agricultores já que compromete a agricultura de subsistência. Uma das políticas comuns no agreste e sertão Pernambucano eram os Programas de “Frentes de emergência”, que ofertava trabalho temporário aos trabalhadores rurais, garantindo a eles o sustento. Porém, eram limitadas essas oportunidades, havia dificuldades de alistamento ficando muitos de fora. Além dessas, políticas incentivo à produção, de políticas de crédito à comercialização entre outras políticas públicas específicas para a agropecuária e em especial para a agricultura familiar.

- **Renda ínfima** – Diante de oportunidades de trabalho escassas, condições climáticas desfavoráveis a produção agrícola, e ausência de políticas públicas para o trabalhador rural na região, o acesso a fontes de renda era difícil, muitas vezes os agricultores se submetendo a qualquer tipo de trabalho para manter os meios de subsistência da família. Dessa forma, a renda recebida era provida de fontes diversas e não tinha valor certo e regularidade de recebimento. Além disso, era muito baixa, se tornando por vezes quase insuficiente para manter as condições mínimas de sobrevivência do agricultor e sua família com o agravante de serem estas normalmente numerosas. Outro fator, a ser considerado é a falta de oportunidade decorrentes da baixa escolaridade o que inviabilizaria o aproveitamento em outras atividades em geral oferecidas em áreas urbanas

- **Desejo de consumo** – O fato de observar outras pessoas consumirem bens e serviços por terem uma renda mais estável fazia com que os beneficiários tivessem também o desejo de consumir itens os quais suas condições financeiras não permitiam o que trazia certa frustração fazendo com que se sentissem excluídos socialmente. Isto não significava a impossibilidade de aquisição de bens considerados de luxo como ocorre pensar em relação a estas situações, mas eram bens de consumos não duráveis e simples a exemplo de um biscoito, por exemplo, ou um vestuário de baixo valor aquisitivo – uma simples sandália ou algo do gênero.

- **Maior necessidade de trabalhar** – Essa categoria representa a necessidade maior de trabalhar, pois mesmo hoje alguns recebendo o benefício, ainda trabalham, só que de forma mais reduzida, já que tem uma renda, apenas complementando-a. Antes, existia a ausência de uma renda regular para sobrevivência do agricultor e também de sua família.

- **Necessidade de Trabalhar** - O(a) agricultor(a) tinha que trabalhar, sem isto não haveria renda para a sobrevivência do agricultor e de sua família.

- **Poucas oportunidades de trabalho** – Os agricultores não tinham oportunidades de trabalho suficientes na região, muitas vezes sem terra própria para realizar produzir, dependiam de empreendimentos agrícolas para realizar o trabalho, chegando até a buscar essas oportunidades fora da região, embora voltassem depois para o lugar de origem.

- **Melhores Condições de Saúde** – As condições físicas do agricultor eram mais favorecidas por serem mais jovens no período anterior à aposentadoria. Isto propiciava mais energia para o trabalho e menor incidência de enfermidades permitindo-lhe trabalhar de forma mais intensa e por períodos ininterruptos. Evidentemente essas possibilidades poderiam ser prejudicadas pela ocorrência de estiagens contribuindo para queda de produtividade uma vez que a parte de produção das culturas agrícolas ficam interrompidas e a criação de gado fica mais restrita à manutenção do rebanho a exemplo de busca por alternativas de sobrevivência do gado ou dos pequenos animais.

- **Sobrevivência Precária** – Diante de condições tão desfavoráveis sobreviver era difícil. Era uma luta diária. Os trabalhadores tinham que conseguir trabalho e renda para atender as necessidades básicas da família. Muitas vezes estes dependiam de ajuda de terceiros para necessidades diversas.

- **Instabilidade da produção agropecuária**– Mesmo sob condições climáticas, muitas vezes adversas, insistia-se na produção agrícola e criação de animais. Muitas vezes perdia-se todo o plantio, o que não garantia o consumo próprio e nem mesmo a venda dos excedentes para obtenção de renda. E mesmo a criação de animais era inviável por não haver condições de alimentá-lo.

- **Dependência financeira de parentes** – Não havia renda própria oriunda de atividade remunerada, necessitando de ajuda de parentes próximos, a exemplo do cônjuge.
- **Desequilíbrio financeiro** – Por conseguinte a instabilidade na renda do agricultor se fazia necessário recorrer aos agentes de crédito para garantir a subsistência, embora a quitação de empréstimos fosse algo incerto ocasionando descontrole financeiro.
- **Escassez de alimento** - O poder aquisitivo não permitia adquirir alimentos suficientes para suprir as necessidades alimentares básicas do agricultor e de sua família.
- **Trabalho Precário** – As condições de trabalho deixavam o agricultor diante de vulnerabilidades que podiam comprometer a sua saúde física. Além do que, não havia garantias trabalhistas em caso de comprometimento de sua capacidade laborativa, seja ela temporária ou definitiva.

APENDICE H - Memorando da Situação após o Recebimento do benefício

Observa-se algumas categorias em relação à situação após o recebimento do benefício, as quais serão individualmente discutidas no tópico seguinte.

- **Estabilidade financeira** – A garantia do recebimento de uma renda permanente trás ao beneficiário certa tranquilidade, ou seja, um bem-estar em saber que poderá promover a sua sobrevivência e até a de seus familiares a partir da renda recebida.

- **Acesso ao crédito** – A regularidade do benefício permitiu o acesso ao crédito no mercado financeiro e perante aos vendedores de bens duráveis.

- **Possibilidade de ajudar a família** - Além de manter a própria sobrevivência, a renda auferida da previdência, permite ao beneficiário promover o atendimento de necessidades mínimas aos membros da família. A partir das entrevistas, foi perceptível a ajuda freqüente dos beneficiários aos seus familiares,, algo que geralmente fazem com muito prazer, ao saber que estão contribuindo com a sobrevivência deles.

- **Cuidados com a saúde** – Considerando diversos fatores que implicam na saúde do beneficiário da previdência rural, alguns cuidados se fazem necessários, entre eles é possível destacar a partir da fala dos entrevistados a necessidade de consumo de alimentos para dieta, como integrais e dietéticos, algo que onera as despesas, mas necessários a equilíbrio das condições de saúde.

- **Possibilidade de Descanso** – A partir do recebimento da renda, muitos deixaram de trabalhar ou ainda reduziram a carga de trabalho. Esta nova condição é possíveis devido a garantia da renda para a sobrevivência, possibilitando ao aposentado maior descanso.

- **Efetivar despesas com saúde** – Diante da idade avançada, muitos dos problemas de saúde surgem, e alguns são doenças crônicas que dependem de tratamento permanente, gerando um maior investimento no cuidado com elas. Assim, as despesas relacionadas a exames e consultas, incluindo até o valor com transportes para os locais aumentam. Além disso, há o gasto com os remédios, que muitas vezes não são disponibilizados pelo SUS.

- **Renda insuficiente** – Embora exista a estabilidade no recebimento do benefício previdenciário, alguns dos beneficiários consideram insuficiente a renda para atender as todas as suas necessidades, talvez pelo fato de existirem elevadas despesas com a saúde e até mesmo com familiares que não possuem renda própria estável.

- **Segurança alimentar** – Diante da precariedade revelada no consumo de itens alimentares, a renda auferida da previdência permitiu ao beneficiário o acesso a uma alimentação mais adequada a essa faixa etária.
- **Criação de animais** – Além de produzir itens agrícolas os beneficiários demonstraram interesse na criação de animais diversos, porém com ausência de chuvas regulares na região, a criação de animais é também sustentada por meio da renda auferida de previdência, já que não é possível o plantio de alimento para alguns animais.
- **Indiferença** – Esta categoria revela uma contradição a maioria das falas dos entrevistados visto que considera o benefício previdenciário como algo que não trouxe mudanças positivas na vida do agricultor, este possivelmente detém outras fontes de renda, já que o entrevistado que afirmara esta situação, indica que continua trabalhando, possivelmente por haver uma grande dependência de parentes em sobreviver da agricultura não sendo a renda previdenciária suficiente ao sustento da família, ficando apenas como um complemento. Nesses casos o entrevistado manifestou o sentimento de baixa agregação da renda em relação à situação após o recebimento do benefício. Esta indiferença pode ser representada pela situação socioeconômica dele atual apresentar-se elevada em relação ao patrimônio, não dependendo do benefício para sobreviver, estando este apenas como um complemento a sua renda.